

**MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA****DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA****DE 25 DE JUNHO DE 2021****N.º 4/2021/AM****DATA:** Vigésimo quinto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um-----**HORA:** Vinte horas e quinze minutos.-----**LOCAL:** Salão Nobre do Edifício Municipal.-----**O PRESIDENTE:** Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----**1ª SECRETÁRIA:** Dada a ausência do 1º Secretário, o lugar foi ocupado pela 2ª secretária, Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva, ao abrigo do número 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----**2º SECRETÁRIO:** Ao abrigo do número 3 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal, a Mesa da Assembleia pode funcionar com a maioria, no caso, dois elementos, não sendo, assim, este lugar ocupado. -----**Presentes os seguintes Deputados Municipais:** -----

- Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP); -----
- José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----
- Albano de Oliveira Braga (Independente);-----
- Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----
- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----
- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----
- José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----
- Sara Campos Bastos (CDS/PP) (em videoconferência);-----
- Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----
- António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD) (em videoconferência);-----
- Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD) (em videoconferência);-----

2021.06.25

- João Pedro Henriques Silva (PSD) -----

- Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----

**Nos termos do artigo 58.º do Regimento da Assembleia Municipal, estiveram ainda presentes os seguintes Deputados Municipais:-----**

- Ricardo Jorge Rodrigues Almeida, em suplência de Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Catarina Alexandra de Almeida Pinto, em suplência de Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

- Eduardo de Almeida Correia dos Santos, em suplência de Diogo Filipe Tavares de Bastos;-----

- Célia Maria dos Santos Tavares, em suplência de António Santos Sousa (PSD) (em videoconferência); -----

**Além dos Deputados atrás referidos,** verificaram-se as ausências dos Deputados Municipais titulares, a seguir discriminados, para os quais não foi possível efetuar a respetiva suplência: -----

- Henrique da Silva Dias (CDS/PP) - para sua suplência, foi convocado o Deputado Municipal, Carlos Piedade, que, por motivos imprevistos de última hora, não pôde comparecer;-----

- Ana Maria da Silva (PS) - transmitiu a sua impossibilidade de participar na sessão, pouco antes da hora do seu início, não tendo sido possível, por esse facto, contactar o respetivo suplente. -----

**Estiveram ainda presentes os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de: -----**

- Arões, Arménio Tavares Lige, (CDS/PP);-----

- Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida, (CDS/PP) (em videoconferência);-----

- Junqueira, Henrique Martins Pereira (CDS/PP);-----

- Macieira de Cambra, João Pedro Costa (PS); -----

- Rôge, António Luís Martins da Costa (CDS/PP);-----



- S. Pedro de Castelões, Sérgio Miguel Santos Soares (CDS/PP);-----
- União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Cristina Maria Vasconcelos Quintas, em representação do Sr. Presidente da Junta (CDS/PP).-----

Nos termos do disposto no n.º1 do artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, e recentes alterações (Lei n.º 71/2018, de 31/12), esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva e também, de acordo com o n.º 3 e seguintes do mesmo artigo, os vereadores em regime de permanência António Alberto Almeida de Matos Gomes, Daniela Sofia Paiva da Silva e José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, e ainda os vereadores em regime de não permanência, Ana Filipa da Silva Vieira (CDS/PP), José Pedro Vieira de Almeida (PPD/PSD) e Nelson da Silva Martins (PS). -----

**A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:-----**

**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;-----
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de abril de 2021;-----
- c) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 14 de maio de 2021;-----
- d) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----**

1. Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----
2. Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, do trato de terreno com a área 97,10 m2, que é a parte sobrança da parcela 104,

2021.06.25

dos terrenos para a obra do Parque Urbano/ Valorização Ambiental da Envolvente do Rio Viques – 1ª Fase, sito na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, ao abrigo do disposto no art.º 25º, n.º 1, alínea q), do RJAL- Deliberação da RCM de 18/05/2021;-----

3. Reconhecer o interesse estratégico da empresa COLEP PORTUGAL, SA, ao abrigo do n.º 1 do artigo 101-B do Regulamento do PDM- Deliberação da RCM de 18/05/2021;-----

4. Prestação de Contas 2020 - Deliberação da RCM extraordinária de 31-05/2021;-----

5. Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2020 - Deliberação da RCM extraordinária de 31/05/2021;-----

6. Suspensão da aplicação do plano inerente ao PAEL - Deliberação da RCM extraordinária de 31-05/2021;-----

7. Criação da Assembleia Municipal Jovem: Proposta de Normas de funcionamento - Deliberação da RCM de 15/06/2021;-----

- **Período de intervenção do público de harmonia com o número 1 do artigo 49.º, do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

- Aprovação da minuta da ata da sessão.-----

-----

Após cumprimentar os Deputados Municipais presentes no Salão Nobre, os cinco Deputados Municipais que participaram na sessão por videoconferência, (conforme acima assinalado), o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os seis Vereadores presentes, os Serviços de apoio administrativo e de logística, bem como todas as pessoas que acompanham a sessão *online*, em suas casas, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, ao abrigo da alínea c) n.º 2, do artigo 7º do Regimento, declarou aberta a sessão:**-----



Fez referência ao pedido feito pelo Sr. Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Manuel Correia Campos, para se fazer representar na sessão pela Secretária daquele órgão, Maria Cristina Vasconcelos Quintas, e ainda aos requerimentos apresentados pelos Deputados Municipais ausentes e as respetivas suplências efetuadas, justificando, a Mesa, as ausências referidas.-----

**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Da correspondência recebida, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal destacou: -----**

- O Abaixo Assinado dos moradores de Passô, freguesia de Cepelos, referente à sua posição contra a instalação de uma Zona Industrial no seu lugar, prevista na Revisão do PDM, para o qual já foi pedida informação que será reencaminhada aos Deputados Municipais, assim que recebida;-----

- O ofício da Associação Portuguesa de Profissionais da Juventude com o Programa de um Seminário que já decorreu;-----

- O ofício da Universidade Nova de Lisboa sobre o ciclo de sessões “Desafios e Oportunidades do processo de transferência de competências na área da Saúde entre Municípios;-----

- O livro sobre conceitos, estratégias e prática do Governo Local das Autarquias que será divulgado.-----

Informou ainda que, a convite da Cruz Vermelha Delegação de Vale de Cambra, esteve no dia 5 de maio na receção realizada ao Senhor Embaixador da República da Coreia do Sul, que veio formalizar um donativo de equipamento informático, especificamente, tablets, àquela prestimosa instituição.-----

Informou também que recebeu um convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal para o lançamento do livro “Imaculada Conceição” de Maria Clara Vide

2021.06.25

e Luís Casimiro, em duas sessões, sendo a primeira no dia 27 de junho, pelas 15h30, na Igreja Matriz de Junqueira e a segunda, no dia 4 de julho, pelas 15h30, no Santuário de Santo António, tendo este sido reencaminhado para todos os Deputados Municipais. -----

Disse ainda que a Mesa recebeu a **Proposta de um Voto de Pesar**, que passou a ser lido pela 1.ª Secretária: "A Bancada do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Vale de Cambra, o profundo voto de pesar pela morte do Sr. Manuel Joaquim Martins, que faleceu no passado dia 14 de junho, pai do Senhor Prof. Nelson da Silva Martins, Vereador da Câmara Municipal de Vale de Cambra pelo Partido Socialista. -----

Os Deputados, Ana Maria Silva e Albino Almeida." -----

**O Sr. Presidente da Assembleia** questionou as bancadas quanto à aprovação do presente voto de pesar, sendo este aprovado por unanimidade, devendo o mesmo ser transmitido ao Sr. vereador Nelson Martins e família. -----

**De seguida, e em nome de todos as bancadas e Deputado Municipal Independente, foi apresentado o seguinte Voto de Felicitações:** "O Governo Português atribuiu a medalha de mérito cultural ao nosso conterrâneo Ilídio Pinho, empresário de reconhecido mérito, como bem refere, a propósito, o Sr. Primeiro Ministro. O Sr. Eng.º Ilídio Pinho, Fundador e Presidente do Conselho Superior e Conselho de Administração da Fundação Ilídio Pinho, Ilídio Pinho Holding e FomentInvest, tem dado ao longo dos anos um contributo inestimável para a valorização da produção artística em Portugal. Comendador da Ordem de Mérito Industrial, Grã-Cruz da Ordem do Mérito, Comendador da Ordem Civil do Mérito Agrícola e Industrial, classe Industrial, Medalha de Ouro da Universidade Católica Portuguesa, Medalha de Ouro e título de Cidadão Honorário de Vale de Cambra; doutoramento Honoris-causa pela Universidade de Aveiro. O Sr. Eng.º Ilídio Pinho, além de muitos outros prémios, encómios e distinções, foi o



destinatário de diversos louvores aprovados nesta mesma Assembleia Municipal de quem, aliás, também foi Presidente. Nessa medida, a sua fotografia acompanha-nos no Salão Nobre e alenta-nos com o seu exemplo de determinação e neste caso concreto, de dedicação ao incentivo, divulgação e promoção da cultura. A Assembleia Municipal congratula-se, assim, com a atribuição da Medalha de Mérito Cultural ao Sr. Comendador Ilídio da Costa Leite de Pinho, o que revelando a sua importância em termos empresariais e culturais, na história do Concelho e do País, evidencia também a capacidade empreendedora das gentes desta nossa terra. Da deliberação que recair sobre esta proposta será dado conhecimento ao homenageado e para reconhecimento e divulgação aos órgãos de comunicação social locais, procedendo-se, assim, à sua publicação nos suportes de comunicação do nosso Município.-----

Vale de Cambra, 25 de junho de 2021"-----

Proposta apresentada e aprovada por unanimidade das bancadas do CDS/PP, PSD, PS e Deputado Municipal Independente, Albano Braga.-----

**De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu continuidade à ordem de trabalhos**-----

**b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2021:**

**O Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida,** cumprimentou os presentes e referiu já ter entregue ao Secretariado as notas que propõe alterar nas suas intervenções.-----

**O Sr. Presidente** aceitou as pequenas retificações de texto apresentadas pelo Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida e colocou a ata à votação. -----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria,** aprovar a ata de 30 de abril de 2021, com as alterações introduzidas à proposta da ata, com duas abstenções

2021.06.25

das Deputadas Municipais, Célia Maria dos Santos Tavares e Cristina Maria Vasconcelos Quintas, por não terem estado presentes na sessão.-----

**c) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 14 DE MAIO DE 2021: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a ata de 14 de maio de 2021, com quatro abstenções dos Deputados Municipais, Filomena Maria Moreira Almeida, José António Abrantes Soares de Almeida e Cristina Maria Vasconcelos Quintas, por não terem estado presentes na sessão e ainda a abstenção do Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira.-----**

**Declaração de voto do Deputado Municipal Independente Albano Oliveira Braga:** “Contrariamente àquilo que é habitual da minha parte desde 2009, data desde a qual estou na Assembleia Municipal, não me foi possível, por razões familiares e motivos profissionais, ler as duas atas que votei favoravelmente, pelo que expresso a presente ressalva.”-----

**O Sr. Presidente da Assembleia** agradeceu a confiança demonstrada. -----

**c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:** O Sr. Presidente agradeceu a inscrição dos deputados municipais e deu a palavra ao primeiro inscrito neste período de intervenção.-----

**O Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Sérgio Miguel dos Santos Soares,** iniciou a sua intervenção, após cumprimentar os presentes, por dar uma palavra de reconhecimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva, pela forma como tem conduzido a Assembleia Municipal, referindo-o como pessoa moderada, agindo de forma correta e coerente. A transmissão das sessões para casa mostram o empenho dos que representam os Valecambrenses na melhoria das condições para Vale de Cambra.-----





Acrescentou que gostaria de estar a fazer o convite noutros moldes, mas devido à pandemia não será possível, assim, a Junta de Freguesia irá festejar o S. Pedro, de forma mais reduzida, em parceria com as coletividades e cidadãos singulares, que se têm associado à Junta não só na Semana Cultural mas também, como recentemente aconteceu, na limpeza das ruas da Freguesia, voluntariamente. A população limpou as próprias ruas, recordando outros tempos. Solicitou a colaboração de todos no incentivo à agricultura tão importante para todos.-----

Apresentou ainda o Programa das comemorações em honra de S. Pedro.-----

**O Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida,** apresentou dois pontos: o mais positivo, em relação aos dados divulgados pela Direção Geral de Saúde referentes à Covid-19, que colocam Vale de Cambra numa posição interessante. Depois de várias semanas onde éramos um dos quatro Concelhos do País onde o nível de prevalência era dos maiores, sendo agora dos Concelhos com menor taxa a catorze dias, da Área Metropolitana do Porto. Isto deve-se a todos os Cambrenses pela sua postura, pelos cuidados, pela proteção. Deixou também uma palavra de solidariedade para todos os que, desde o início da pandemia, perderam os seus familiares, para todos os que estiveram infetados, para todos os que tiveram que estar em isolamento profilático e também para todos os estabelecimentos comerciais e empresas industriais que foram economicamente afetados.-----

Por outro lado e mais negativo, trata-se de um protesto, já criticou em tempos os transportes públicos que servem o Concelho, também as comunicações móveis em alguns pontos do Concelho; neste dia refere-se aos Serviços Públicos Postais, vulgarmente conhecidos por Correios. Em todo o País têm tido uma eficácia muito fraca, afetando a todos. Não está a referir-se aos funcionários dos CTT, esses tentam servir as pessoas eficazmente, mas ao serviço público postal,

2021.06.25

ou a empresa a quem está feita a concessão, ainda recentemente recorreu para um Tribunal Arbitral pois o Governo ainda não renovou o contrato de concessão. Portanto, uma crítica dirigida às instâncias responsáveis do Governo pelo fraco serviço que estão a prestar em todo o País. Nos grandes centros, os meios digitais fazem com que este serviço, mesmo prestado da forma péssima, que é, seja atenuado, mas, de qualquer forma, em Concelhos rurais, onde os idosos têm maior peso na população, estas pessoas não estão ainda tão habilitadas a trabalhar com meios digitais e têm de ser servidos pelo Correio Tradicional.-----

**O Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida,** cumprimentou os presentes e referiu também ter motivos de crítica ao Serviço dos CTT.-----

Na ata de 30.04.2021, na página 37, o Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga, abordou a questão da Travessa do Gueido, na União de Freguesias, página 19 da Informação do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente respondeu, cito: "houve um proprietário que cedeu para alargar a via" e questionou se não estará o Senhor Presidente da Câmara a confundir Travessa do Gueido com Rua do Gueido? O proprietário que cedeu para alargar a via na Rua do Gueido é da sua família e cederam também na Rua de Santiago, Rua do Monte, sem qualquer contrapartida financeira. Aguarda esclarecimento do Senhor Presidente.-----

A propósito do COVID 19 a chanceler alemã Angela Merkel alerta para a pandemia e diz que o COVID 19 não foi banido e que estamos a pisar "gelo fino". A Ministra da Saúde Portuguesa afirma que, cito "as vacinas são seguras, mas não são milagres." As vacinas da Astrazeneca e da Pfizer - Biontch mantêm a eficácia contra as variantes Delta e Kapa da COVID19.-----

Concluindo: devemos evitar medidas de esforço inútil; devemos criar responsabilidade junto das populações; devemos sensibilizar as pessoas para a



vacinação e testagem; testar, testar, testar - vacinar, vacinar, vacinar, - rastrear, rastrear, rastrear; mitigar, mitigar - mitigar (estas são as palavras de ordem anti - COVID 19). No presente, quem tiver certificado digital COVID 19 pode circular.

Por fim, resta-nos recomendar que não devemos descuidar as medidas de proteção individual e à Ação Social do Município exige-se que tenha uma agenda/plano de ação para proteção dos socialmente mais expostos do nosso concelho no que à Pandemia COVID 9 diz respeito.-----

Relativamente às ARU'S, os preços da construção estão a subir em flecha e muito se deve a escassez de materiais. Já em Março, o Instituto Nacional de Estatística (INE) registou um aumento do preço de materiais de construção em 3,3% face ao mês anterior e ainda uma subida dos custos com a mão de obra na ordem dos 7,6%. As consequências estão à vista: Os custos com a construção de habitação nova aumentaram 5,9% em Abril face a período homologado. Desde então a situação agravou-se. Há falta de materiais de construção para tamanha procura, o que faz acelerar a subida de preços. Os custos das obras aumentam e, se as construtoras não assumirem estes aumentos são as próprias casas que podem ficar mais caras. Este cenário só vem dar razão às recomendações que o PPD/PSD, na Câmara e na Assembleia fez à maioria CDS, que era alargar em número e área as áreas de intervenção e reabilitação Urbana/ARU's.-----

Mas continuamos a ver acontecer, pois vai-se prometendo e nada se faz. Pelo que voltamos a recomendar à maioria que deverá urgentemente propor novas ARU's, nomeadamente para os núcleos urbanos do interior do concelho e alargar a área de intervenção das ARU's já existentes. A inoperância leva a que o nosso património edificado tenha custos de reabilitação cada vez mais elevados o que potencia, por um lado, a desertificação do interior e, por outro lado, o próprio Município, deixando fugir os jovens para os Municípios vizinhos.-----

2021.06.25

Convém recordar à maioria CDS quais os principais benefícios fiscais que com esta política das ARU's está a privar milhares de Valecambrenses, criando inclusivé uma diferenciação entre os que residem no centro e aqueles que se encontram nas periferias, em particular no interior. Principais benefícios fiscais (Reabilitação/Urbana):-----

1 - IVA (imposto sobre o valor acrescentado)-----

2 - IMI (imposto municipal sobre imóveis)-----

3 - IMT (imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis)-----

4 - IRC (imposto sobre o rendimento coletivo)-----

5 - IRS (imposto sobre singular)-----

6 - Fundos e Sociedades de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional.-----

Por último, abordamos uma Lei publicada há 24 horas. A Lei nº 39/2021, de 24 de junho, que define o regime jurídico da criação, modificação e extinção de Freguesias e revoga a Lei nº 11-A-2013, de 28 de janeiro, que precede à reorganização administrativa do território das Freguesias. Perante este novo quadro legal compete à Câmara Municipal agir no sentido de repor a tão contestada, desde então, União de Freguesias. Está criado o instrumento legal para o efeito. Agora há que agir.”-----

**O Senhor Deputado Municipal, José do Nascimento Peres**, cumprimentou os presentes e informou que quando se referir à oposição, estará a dirigir-se aos Senhores Deputados inscritos e eleitos das listas do PS e do PPD/PSD; informou ainda que a intervenção é da sua autoria, que responde por ela, não tendo sido sugerida nem avalizada previamente pelo CDS partido pelo qual foi eleito, de que não é militante, mas que, enquanto existir confiança mútua e por cá andar, continuará a honrar e a representar.-----



Parafraseando a afirmação de um membro deste órgão que desabafou, "estou farto das suas habilidades", disse também estar farto de habilidades, de prosápias balofas, de azias mal dissimuladas, de tiradas de falsa erudição, de incoerências e contradições, do abuso e do mau exercício duma democracia que muitos invocam e poucos praticam. -----

Alguém, na última sessão desta Assembleia, pediu a palavra para uma Declaração de Voto, não disse como votou, tão pouco porque o fez, e acabou servindo-se dela, única e simplesmente, para zurzir no executivo do CDS que, legítima e maioritariamente, preside à Câmara Municipal de Vale de Cambra, o que, na sua modesta opinião, é uma atitude inconcebível, diria, uma esperteza saloia, e uma forma habilidosa de tornear as normas regimentais.-----

Vai em 20 anos que se encontra nestas lides e, este mandato está a ser penoso, atípico, difícil de levar até ao fim; não está arrependido do tempo que dedicou ao Município e às suas gentes, mas precisa parar e pensar; esquecer o politicamente correto e dizer que tudo tem limites, que está cansado de ouvir chorrilhos e diatribes, de fingir que não se passa nada, que tudo é política e que ela tudo justifica. Não, a política não justifica, nem pode justificar, tudo.-----

Esta será previsivelmente a última ou penúltima sessão da Assembleia, daí querer desabafar, dar conta do seu desencanto, do misto de sentimentos contraditórios que faz da qualidade dos debates, do desempenho ao longo dos últimos quatro anos, porque lhe apetece, porque a luta política não pode servir de escudo protetor à arrogância, à deselegância, à má educação, ao afrontamento constante, ao atropelo sistemático das normas regimentais; porque em democracia não há, nem pode haver tratamentos de favor ou estatutos de privilégio porque os eleitores que confiaram nos eleitos merecem muito mais.-----

Acrescentou que devem pensar que devia estar contente com o desempenho da oposição por, na sua opinião, ter deixado muito a desejar em

2021.06.25

termos de substância e de elevação nos debates, por ter estado mais preocupada com a política do que em contribuir para a governação do município e melhor resolução dos seus problemas. Nunca o faria, e lamentou que assim tenha sido, porque continua a reconhecer o seu papel fundamental e imprescindível no controlo, na fiscalização e na ajuda que todos juntos poderão e deve dar.-----

Uma coisa é pacífica ou devia ser: o CDS é quem legitimamente governa até ao final deste mandato. Quem decide, quem continuará a fazer opções, bem ou mal, a última palavra será dos Municípes que brevemente serão chamados a pronunciar-se. Até lá, com mais ou menos azia e por muito que vos custe tereis, mesmo que discordando, de reconhecer e respeitar a vontade da maioria.-----

Por fim, e se outras evidências não houvesse para se referir a pouca qualidade dos debates, ao bota abaixo de alguns, preocupados com o umbigo e a curtir mágoas por os eleitores os não terem privilegiado, fez questão de reavivar e anotar um excerto que respigou da ata de uma sessão da Assembleia e que e, na sua opinião, demonstrativo do desnorte de alguns elementos, repetiu, de alguns elementos da oposição. Diz assim:-----

*“... O exemplo mais próximo da vossa falta de estratégia para um concelho socialmente coeso, nomeadamente a nível habitacional, é a ponte/viaduto em Vermoim/Oliveira de Azeméis, na A32, que apesar de concluída, não nos leva a lado nenhum. É um avulso inútil para o necessário global. Concluo sublinhando que, neste debate, nenhum de vós e nos e todos somos Vale de Cambra.”-----*

Mais acrescentou que no debate nenhum de “Nós é Vós e Todos são Vale de Cambra; ainda bem, porque a conclusão é ridícula, estapafúrdia, sem ponta por onde se lhe pegue.-----



2021.06.25

## MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dirigindo-se aos Senhores Deputados e conterrâneos que escutam, na sessão ou através das redes sociais: O atual Presidente da Câmara do CDS foi eleito no ano de 2013, a A32 foi inaugurada dois anos antes, em 10 de Outubro de 2011; a Ponte Viaduto localizada em Vermoim, Oliveira de Azeméis, ou Pindelo, é uma obra da inteira responsabilidade do Governo central e o Presidente da Câmara à data era o Senhor Engenheiro José Bastos, eleito pelo PPD/PSD.-----

Por fim, e como se não bastasse, releiam o artigo do Jornal A Voz de Cambra, de abril de 2021, escrito, segundo sabe, pelo Senhor Presidente da Comissão concelhia do PSD, João Carvalho da Silva, e reparem como ele se refere à falta de qualidade das questões e das intervenções a que se referiu.-----

*"... Quais foram as questões levantadas pelos poucos elementos que ainda vão intervindo na Assembleia, depois de duas eternidades a discutir atas? Buracos, buraquinhos ... e mais estradas a estrear ... buracos e buraquinhos ... Não há nada mais importante para questionar o executivo de Vale de Cambra? Vergonha!" Citou.*-----

Pedi a palavra o **Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida**, referindo o artigo 33º para Defesa da Honra. Referiu que, em relação ao comentário do Deputado Municipal Peres, que na oposição entendia que o tempo de intervenção nas Assembleias era muito curto e que no poder, há ata disso, no poder, diz que existe tempo a mais de intervenção. Acrescentou ir dar três respostas, sem mentiras nem propaganda, defende a verdade nua e crua, "nunca interrompas o teu inimigo enquanto estiver a cometer um erro", dirigiu-se ao Deputado Peres, afirmando que nunca mais o interromperá e que o que proferiu foram inverdades, mitómano. Acrescentou ainda que o Senhor Deputado interventor tem criado precedentes orgânicos tendencialmente anti democráticos e anti cívicos, comentando as intervenções

2021.06.25

dos demais, alta e descaradamente em prejuízo e rasgando o Regimento da Assembleia Municipal que diz que todos devem ser educados uns com os outros.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, informou que, nos termos regimentais o primeiro interlocutor tem direito a Defesa da Honra e questionou o Senhor Deputado Municipais José Peres se pretendia intervir, ao que este respondeu afirmativamente.-----

**O Senhor Deputado Municipal, José do Nascimento Peres**, informou ao Deputado António Augusto que não se referiu a ele, não entende porque pediu para defender a honra e referiu que poderá ser mais uma habilidade. Afirmou ainda não retirar nem uma vírgula ao que disse.-----

**O Senhor Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga**, cumprimentou os presentes e enviou uma saudação a todos que seguem a sessão da Assembleia pela internet. Questionou o Presidente da Assembleia sobre a constituição da mesma e se poderia legalmente funcionar assim, ao que o Senhor Presidente respondeu afirmativamente e explicou a interpretação do Regimento.-----

Continuou, lembrando que ao longo do mandato tem feito uma série de requerimentos, sobre várias matérias, consultas de processos da Rua Século XXI, Construção do Centro Social de Arões, entre outros; e o que notou foi que, passado meio ano, passado um ano, passados quase quatro anos, algumas questões não foram respondidas; questionou o Senhor Presidente da Câmara se as questões o incomodarão uma vez que não dá o resposta, o que considera uma falta de educação e respeito para com um Deputado Municipal cuja função enquanto membro da Assembleia Municipal é fiscalizar a Câmara Municipal.-----

Questionou de seguida o ponto de situação relativo à auditoria realizada à Câmara por parte do IGF se já acabou, se há resultados.-----





Prosseguiu referindo a Zona Industrial de Algeriz, constatou que foram lá construídos dois pavilhões que estão totalmente ilegais, não existindo qualquer documento de licenciamento nos serviços da Câmara; nesses pavilhões já funcionam empresas, têm água, rede de saneamento, energia, telecomunicações; questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o que fez ou pensa fazer acerca do assunto.-----

Em relação às ARU's, questionou se um munícipe ou investidor que queira investir pode ir à Câmara pedir a declaração para ter os respetivos benefícios fiscais e, se as certidões já emitidas foram para prédios novos ou reabilitações, uma vez que uma reabilitação enquadra-se nesse contexto e uma construção nova não.-----

Relativamente ao PDM que se encontra em fase de revisão, voltou a questionar, tal como em sessões anteriores, que estão previstas duas ou três zonas industriais para Codal, sendo duas em que, segundo a documentação disponibilizada, serão da responsabilidade de um privado; questionou ao Senhor Presidente da Câmara como se gerem estes contactos, se os privados se deslocam à Câmara, se há correspondência escrita a manifestar o interesse. Questionou como é possível em sede de revisão do PDM, a Câmara ceder a exploração de uma ou duas zonas industriais a um privado que irá gerar mais valias. Questionou ainda se poderia saber o nome do privado que irá investir na sua terra. Passando para a questão do orçamento, referiu que na documentação entregue consta a existência de nove milhões de euros em caixa na Câmara Municipal, assim sendo, poderia ser a própria Câmara a investir nas zonas industriais; depois de infraestruturar podia vender ao preço de custo, opção possível às Câmaras, ou vender com mais valias que serviriam para reinvestir.---

2021.06.25

O **Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida**, disse não ser homem da propaganda, não obriga ninguém a viver no inferno e o Papa lembra que este não é o tempo do populismo.-----

O **Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida**, informou que, como está interinamente como líder da bancada do CDS, ouviu algumas acusações à coordenação do CDS que procurará clarificar. O Senhor António Augusto fez referência a um lobby para que o Centro de Distribuição não fosse para Oliveira de Azeméis, como se isso fosse a responsabilidade desta falta de eficiência na distribuição do Serviço Público Postal; esta falta de eficiência verifica-se a nível nacional, dando como exemplo que recebeu a convocatória para a última Assembleia Municipal uma semana depois dessa ter acontecido; em relação às Áreas de Reabilitação Urbana, ARU's, já por várias vezes e verificando-se uma nova referência ao assunto, dirigiu-se ao Deputado António Augusto, isso é propaganda, foi referir somente os pontos positivos, nomeadamente benefícios fiscais, acesso privilegiado ao financiamento bancário, para que as pessoas que estão nessas regiões possam pensar que estão a ter uma grande perda; mas, nunca se referiu aos aspetos negativos, aos ónus ou encargos que incidem sobre os proprietários dos imóveis nessas regiões; aconselhou-o a ler o artigo 31º e 32º do Decreto que regulamenta as Áreas de Reabilitação Urbana, designadamente quanto à obrigação mandatária de terem que eventualmente proporcionar a reabilitação e manutenção das casas. Fez depois a leitura do artigo 32º. Acrescentou depois que esses ónus, encargos e responsabilidades deverão ser explicados à população.-----

Para responder ao Senhor Deputado Albano Braga que fez referência à falta de resposta a requerimentos por parte da Câmara, referiu que há cerca de 2 anos, fez uma intervenção sobre o rendimento do trabalho e o Senhor Deputado contestou e disse que iria apresentar provas que os dados apresentados não



2021.06.25

## MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eram verdadeiros; a sua declaração foi posta em causa e, até à data, ainda espera a reposição desses dados.-----

**O Senhor Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga,** afirmou reconhecer essa falha e solicitou a explicação por parte do Deputado José Soares da derrama, porque é que no ano 2018 e 2019, segundo as suas contas, faltam aproximadamente um milhão de euros e, brevemente responderá à questão agora colocada. Solicitou ainda resposta à sua questão uma vez que, 1 milhão de euros fará muita falta ao Concelho para investir na área social e nas questões de saneamento e abastecimento de água.-----

**O Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida,** questionou ao Senhor Deputado Municipal José Soares em termos de aplicação de lei, segundo o artigo citado, qual o número de casas expropriadas. Em relação à Estratégia Local de Habitação, em cuja apresentação o Senhor Deputado não esteve presente, coordena também esta área do não cumprimento, nomeadamente as expropriações; sugeriu a análise da política da Estratégia Local de Habitação em confrontação com as ARU's para verificar em que ponto convergem ou divergem, pois não haverá necessidade de tanto barulho, nem acusações de propaganda. Tem feito o seu trabalho.-----

**O Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida,** respondeu ao Senhor António Augusto dizendo que de facto não tem conhecimento que tenha havido qualquer expropriação compulsiva nas ARU's que já foram definidas mas, o diploma legal não tem espaço temporal desde que foi definida a área até à data, prolonga-se para o futuro e, em qualquer altura poderão acontecer; em segundo lugar, e em resposta ao Senhor Deputado Albano Braga sobre a derrama, existe uma técnica de cálculo e, na sua opinião, qualquer pessoa que se candidata a um cargo na Assembleia Municipal deveria

2021.06.25

saber calcular; deveria conhecer a legislação das finanças locais, que é uma das leis mais importantes, que rege a atividade neste ponto.-----

O **Senhor Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga**, acrescentou tratar-se de uma derrama à qual já se referiu duas ou três vezes e que solicitou que lhe expliquem; se conseguirem explicar que não estão em falta um milhão de euros termina o assunto. O que lamenta são os ataques e a falta de explicação.-----

Tomou da palavra, a pedido do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o **Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, que cumprimentou os presentes e informou tratar-se da última ou penúltima sessão da Assembleia Municipal, do atual mandato; o Senhor Peres fez uma intervenção onde exteriorizou o seu descontentamento; desde 1989 que tem feito parte das Assembleias Municipais, por inerência de cargos que ocupou e, este mandato, com o devido respeito pelas senhoras e senhores Deputados, não foi um exemplo brilhante do que deve ser uma Assembleia Municipal, com debate político, com divergência em relação ao que são as opções, as decisões políticas devem estar na mesa e todos compreendem, os que estão na vida pública, na vida política, fazem e gostam de fazer; sempre respeitou o que foram divergências de opiniões ou posições em relação às mais variadas matérias e, obviamente, quando as coisas são feitas com elevação e com correção todos percebemos.-----

Obviamente quando se está num cargo destes, numa Junta de Freguesia, numa Assembleia Municipal, a questão mais desagradável é o levantar de suspeitas, insinuar uma ou outra questão e, muitas vezes, estar na linha da frente com as hipotéticas irregularidades, é obviamente maçador, deselegante e, que na sua opinião, em nada contribui para o bem estar dos Valecambrenses, nem para o bem estar da democracia, nem contribui para o crescimento do Concelho.



2021.06.25

## MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quando se fala de Vale de Cambra fala-se das pessoas de Vale de Cambra, dos idosos, das crianças, em todos aqueles que dão corpo ao Concelho e que se disponibilizaram para servir. Quando se serve de coração aberto, com elevação, por servir, num espírito de missão e de total disponibilidade, é sempre desagradável ter sistemáticas insinuações sobre o que quer que seja, daí compreender a intervenção do Deputado Peres, partilha-a parcialmente, pois por vezes sente o mesmo e, quando se disponibilizou para servir Vale de Cambra fê-lo pelos Valecambrenses e não por si. Essa será sempre a sua forma de estar.---

Legalmente está prevista a realização de outra sessão da Assembleia Municipal em Setembro e, obviamente não irá fazer um balanço de 4 anos pois seria demasiado fastidioso mas dizer somente que Vale de Cambra está numa situação melhor do que a que se verificava há 8 anos; quando chegaram não havia dinheiro, a Câmara tinha um plano de austeridade implementado para equilibrar as suas finanças e, agora, a situação é bem melhor, mais confortável; durante os últimos anos fizeram-se consideráveis investimentos, Vale de Cambra desenvolveu-se e equilibrou as suas contas e, quando assim é, todos estão no bom caminho.-----

Procuraram servir e olhar para as áreas mais importantes e determinantes, nomeadamente as acessibilidades, o abastecimento de água e saneamento, requalificação massiva das escolas; olharam para a descarbonização e para a mobilidade urbana sustentável, um novo desígnio de Portugal, da Europa e do Mundo; tiveram preocupações ambientais com implantação de várias medidas; e também no apoio social, apoio às instituições de solidariedade social que são estruturas importantíssimas da sociedade, vitais para o apoio aos que mais necessitam de quem a Câmara Municipal foi um parceiro ativo. No último ano e meio foi um sufoco para todos o que obrigou a um esforço acrescido. Fez ainda referência ao trabalho dos profissionais de saúde, forças de segurança,

2021.06.25

bombeiros, trabalhadores da autarquia que se disponibilizaram, agradecendo a todos.-----

Quanto às obras referidas pelo Deputado Albano Braga, aos requerimentos, tem informação de que o senhor Deputado tem estado várias horas, a consultar processos nos Serviços da Câmara Municipal; assim, considera que tudo o que foi solicitado e, desde que cumpra os princípios estabelecidos na legislação, tudo tem sido facultado. -----

Relativamente à auditoria do IGF, que decorreu em 2018, ainda não há resultado final.-----

Quanto à zona industrial de Algeriz, o Presidente da Câmara não é fiscal de obra, se houver alguma situação que seja reportada à Câmara Municipal competirá ao Vereador do Pelouro proceder em conformidade com as informações veiculadas pelos serviços técnicos.-----

Em relação ao número de certidões para as ARU's não o dispõe no momento.----

Relativamente às zonas industriais podem ser desenvolvidas por iniciativa do Município ou por iniciativa privada; na sua opinião, a iniciativa privada tem um papel preponderante no desenvolvimento dos territórios e no desenvolvimento económico dos Municípios, daí não se dever hostilizar nem menosprezar; devemos acarinhar os investidores, procurar investidores para o território pois neste investimento estará, muitas vezes, o desenvolvimento do Município. Ainda neste ponto, o Senhor Deputado refere que a Câmara deveria fazer o investimento nas zonas industriais e aproveitar as mais valias para reinvestir; mas diz também que a Câmara deveria vender os lotes a custo zero, ou seja, sem mais valias; na sua opinião, o Senhor Deputado deveria clarificar a sua posição.-----

Em relação à Derrama e sem entrar no debate entre os Deputados, a Câmara Municipal fixa a taxa de Derrama, submete à Assembleia Municipal que a aprova



2021.06.25

## MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nos termos da proposta da Câmara Municipal, sendo posteriormente o apuramento realizado pelas Finanças. A questão do Senhor Deputado Albano Braga deverá ser colocada ao Serviço de Finanças.-----

Ainda sobre a Travessa do Gueide, já respondeu à questão na última sessão, foi um pequeno troço de rua que foi alargado, foram 3 proprietários que cederam terreno para fazer esse alargamento, sendo isto o conhecimento que tem do assunto.-----

Ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, disse termos de continuar a fazer o melhor dentro do que são as regras de segurança recomendadas; parabenizou a Freguesia de S. Pedro de Castelões e todas as Associações envolvidas na matéria.-----

**O Senhor Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga,** dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e reafirmou que ao referir-se às obras da Rua Séc XXI, do Centro Paroquial de Arões, do Parque de Junqueira, não disse existirem irregularidades, no caso do Parque de Junqueira votou a favor mas é legítimo a qualquer Munícipe e muito mais a um Deputado Municipal querer ver esses documentos e para isso tem os consultar; não afirma haver irregularidades, quer unicamente ver os documentos. Relativamente aos requerimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal devia pressionar o Senhor Presidente da Câmara para libertar documentos-----

Em relação às ARU's, perguntou se na ARU de Macieira de Cambra e na ARU de Vale de Cambra foram emitidas licenças para prédios novos, porque os prédios novos, na sua opinião, não se enquadram na legislação.-----

Relativamente à Derrama vai seguir a indicação do Senhor Presidente da Câmara e vai questionar por escrito o Serviço de Finanças, para esclarecer a situação.-----

2021.06.25

Quanto às mais valias, o que disse foi que se for a Câmara Municipal a conduzir o processo da zona industrial, pode fazer a venda dos lotes tendo algum lucro; mas defende que a Câmara não deve ter lucro para permitir preços mais baixos ao investidor. É o seu ponto de vista. No caso da zona industrial Lordelo/Codal a Câmara vendeu os lotes a 50€/m<sup>2</sup> e teve mais valias, ficando com o dinheiro legitimamente, é uma opção; no caso do privado, vai chegar o momento em que serão conhecidas as escrituras e os lucros que poderão chegar aos 2 milhões de euros.-----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, afirmou que uma vez que a Mesa foi interpelada vem informar que não sente necessidade de “bater o pé” uma vez que dá seguimento a todas as pretensões dos Senhores Deputados Municipais e elas têm sido satisfeitas, nem sempre a uma cadência rápida, mas têm sido satisfeitas.-----

**Ausentou-se da sessão a Senhora Vereadora Daniela Sofia Paiva da Silva para, em representação da Câmara Municipal, participar num evento cultural que decorria em simultâneo. Retornando a esta sessão mais tarde, conforme oportunamente se faz referência.**-----

**O Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, acrescentou, dirigindo-se ao Deputado Municipal Albano Braga, que este sabe o preço dos negócios, o que não tem conhecimento daí não poder referir-se a essa matéria.-----

Questionou ainda o Senhor Vice-Presidente acerca de esclarecimentos sobre as certidões emitidas em contexto de ARU's.-----

Tomou da palavra o **Senhor Vereador, António Alberto Almeida de Matos Gomes**, cumprimentou os presentes e informou que a Câmara, nas certidões ARU, a única coisa que passa são certidões de localização; qualquer Município solicita à Câmara se a localização de um determinado imóvel se localiza em Área





de Reabilitação Urbana e a Câmara atesta se o imóvel se localiza em ARU ou não.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

**1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA c),**

**DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, introduziu o ponto, informou que na página 48 quando se refere o processo judicial 49/16, existe um lapso que deverão ter em conta, o qual foi explicado.-----

O Senhor Deputado Municipal independente, Albano de Oliveira Braga, referiu a página 4, onde consta que foram já vacinadas mais de 12 mil pessoas, questionou se foram vacinadas 56%, estará muito acima da média nacional, ou se foram dadas 12 mil vacinas, o que será diferente.-----

Na página 8, refere educação, transportes escolares, reorganização de transporte de jovens que frequentam a CERCIAZ; questionou porque razão a reorganização se faz neste momento, de que forma e porquê.-----

Na página 20, refere a Equipa Multidisciplinar e a Loja Interativa de Turismo, tem passado pelo serviço e reparado que há cerca de 2 meses que o Tomi está desligado/avariado, sendo o Turismo uma bandeira da política do Senhor Presidente e estando o equipamento desligado/avariado há tanto tempo, dá uma má imagem do Concelho, o que era desnecessário.-----

Na página 47, comentou, o documento refere a aquisição de serviços de vigilância do parque subterrâneo, 64.980,76€, já referiu e volta a fazê-lo, o parque subterrâneo dará prejuízo com certeza; na sua opinião a Câmara deveria deixar estacionar gratuitamente no parque, seria melhor ser estacionamento livre pois teria menos despesas, só pelo exemplo do contrato referido.-----

2021.06.25

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, em resposta ao solicitado informou que a reorganização do transporte referido terá a ver com a adaptação ou readaptação que se tem de fazer em termos de capacidade das viaturas, nomeadamente a percentagem que a legislação prevê em cada viatura, o que pressupõe sempre reorganização do transporte.-----

Em relação ao Tomi, este encontra-se desligado por opção, não era possível tê-lo em funcionamento, assim como os parómetros estiveram largos meses desativados, para não haver contacto pois não havia forma de higienização dos parómetros; o mesmo aconteceu com o Tomi.-----

Quanto à vigilância do parque subterrâneo, na sua opinião deve continuar a existir pois mesmo com vigilância por vezes ocorrem situações de vandalismo e é importante, porque são bens privados que estão lá guardados e, se não houvesse vigilância seria um espaço apetecível para atos de vandalismo, como acontece noutros pontos do Município, nomeadamente no parque da Cidade.-----

Relativamente aos números da vacinação, há cerca de duas semanas existiam mais de 12mil pessoas vacinadas, a média terá andado pelas cerca de 300 pessoas por dia, considerou haver 15 mil pessoas com a primeira dose, há cerca de duas semanas existiam 5 mil com as duas doses e, por isso, considera que a vacinação está a correr muito bem e agradeceu uma vez mais à equipa que se encontra no Centro de Vacinação e às pessoas que têm tido um comportamento exemplar. Com as alterações introduzidas a nível nacional em Vale de Cambra poderão ser vacinadas pessoas de Vale de Cambra e também de outros Municípios.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 14 de junho de 2021, acerca da**



2021.06.25

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atividade do Município e da situação financeira deste, no período de 1 de abril a 31 de maio de 2021. -----

**2. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DO TRATO DE TERRENO COM A ÁREA 97,10 m<sup>2</sup>, QUE É A PARTE SOBRANTE DA PARCELA 104, DOS TERRENOS PARA A OBRA DO PARQUE URBANO/ VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DA ENVOLVENTE DO RIO VIGUES – 1ª FASE, SITO NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 25º, N.º 1, ALÍNEA q), DO RJAL- DELIBERAÇÃO DA RCM DE 18/05/2021: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** introduziu o ponto e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para os devidos esclarecimentos.-----

O **Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** explicou que a desafetação em análise é uma parte sobrança da área envolvente ao Parque da Cidade; um trato de terreno entre a via e uma propriedade que ficando da alçada da Câmara Municipal terá de ser alvo de intervenção permanente e, sendo integrada no domínio privado, da pessoa que o requereu, passará à responsabilidade do requerente.-----

O **Senhor Deputado Municipal Independente Albano de Oliveira Braga,** referiu que, mesmo com a planta recentemente distribuída não consegue saber a localização da desafetação, na planta não constam pontos de referência, daí a sua dificuldade. -----

O **Senhor Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida,** afirmou mesmo sem planta analisar o assunto pelos princípios gerais que têm sido usados nestas questões, nas sessões da Assembleia Municipal, desde o início desta legislatura. Continuou, os membros da Assembleia Municipal de Vale de Cambra eleitos pelo PSD já tiveram a oportunidade de tratar esta

temática e o que disseram está vertido na Ata da Assembleia Municipal de 16 de Março de 2018, paginas 13 e 14 (ponto 3 da Ordem de Trabalhos); na altura anexaram um documento sobre bens públicos do Estado, bens do domínio público do Estado; assim, não vê necessidade de enfatizar esta temática, uma vez que os documentos estão já referenciados. Em resumo: presumiram que a Câmara Municipal cumpriu todos os pressupostos da Lei no que a esta matéria respeita, irão votar o ponto, porém, estranharam que na votação da Câmara não se tenha atendido ao proposto pelos Vereadores da oposição que era salvaguardar uma parte deste trato de terreno para a criação de estacionamento na envolvente do parque da Cidade, devendo, neste caso e se houver sobrança, entrar sim no processo de desafetação.-----

Na continuidade do artigo 140, deveria ser salvaguardado o espírito do parque, um espaço amplo e livre, isento de muralhas ou muros fortificados. Por esse motivo estranharam que a Câmara Municipal, no seu todo, que é um órgão colegial, pese embora a maioria, a prepotência e a pseudo propaganda, de parceria, de boa vontade, não funciona; ou seja, deveriam explicar porque não optaram pela continuidade dos parques de estacionamento que é uma mais valia ao espírito do parque.-----

Assim, será obrigado a abster-se.-----

**O Senhor Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga,** solicitou a palavra para uma intervenção complementar, questionou qual o comprimento e a largura do terreno, elementos que o ajudarão na tomada de decisão quanto ao seu voto. Na sua opinião existe falta de estacionamento na envolvente do parque da Cidade, na parte poente.-----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** informou da projeção da planta do local da desafetação pelo que solicitou



ao Senhor Presidente ou Vice-Presidente uma explicação da planta e do local exato.-----

O **Senhor Vereador, António Alberto Almeida de Matos Gomes**, explicou a planta.-----

O **Senhor Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga**, após as explicações do Senhor Vice-Presidente, entendeu que, se o proprietário do terreno atrás não comprar este terreno não poderá construir, ao que o **Vice-Presidente** respondeu que existe um projeto aprovado para aquele sítio sem fazer face a essa tira de terreno, ou seja, o proprietário iria construir sem essa tira.-----

O **Senhor Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga**, mais questionou o valor do metro quadrado do terreno. Ao que o Senhor **Vice-Presidente** afirmou que seria feita uma avaliação por peritos especializados na matéria e que determinarão o valor do m2.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida**, informou que após a projeção da imagem teve uma noção mais real da localização e, a sua sugestão passaria pelo alargamento do passeio pois trata-se de um local onde passam muitas pessoas a pé.-----

O **Senhor Presidente da Câmara, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, explicou que obviamente este projeto foi aprovado no seu todo, foi discutido, foi um projeto desenvolvido pela Câmara Municipal, no mandato em que ainda era Vereador da oposição e foi aprovado e mereceu a concordância de todos os vereadores à data; o projeto obedece a uma regra, tem a ciclovia, tem passeio pedonal, tem a zona mais periférica com passeios também padronizados e, na sua opinião, tudo o que seja estar a intervir, a fazer alterações e adulterações ao projeto inicial não lhe parece bem; já se discutiu a questão do estacionamento na envolvente do Parque da Cidade; em devido tempo, há dois

2021.06.25

ou três mandatos atrás, foi também discutida a possibilidade de se construir na envolvente do Parque, para dar vida, para que as pessoas pudessem ter uma residência com qualidade, obviamente não permitindo construção em altura e olhando sempre para o que seria a arquitetura e enquadramento paisagístico das construções; no fundo, tudo o que seja desvirtuar o projeto inicial poderá não parecer muito bem; está previsto um parque de estacionamento adicional junto ao bar do Parque e junto à Arsopi, há também dois terrenos, propriedade da Câmara Municipal e, como não há naquele local espaço de estacionamento, poderá ser criado até pela proximidade ao parque de merendas aí existente. A alteração dos passeios deverá ser alvo de um estudo mas trata-se de uma questão técnica e que caberá aos técnicos fazer o seu estudo.-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, do trato de terreno com a área 97,10 m<sup>2</sup>, conforme planta, que é a parte sobrança da parcela 104, dos terrenos para a obra do Parque Urbano/ Valorização Ambiental da Envolvente do Rio Viges – 1ª Fase, sito na União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, conforme proposta da Câmara Municipal aprovada em sua reunião de 18 de maio de 2021, com vinte e um votos a favor, um voto contra do Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida e quatro abstenções dos Deputados Municipais, Albano de Oliveira Braga, António Augusto de Pinho Soares de Almeida, João Pedro Henriques Silva e Célia Maria dos Santos Tavares. -----**

**Ausentou-se momentaneamente a Deputada Municipal, Cristina Maria Vasconcelos Quintas.-----**

**3. RECONHECER O INTERESSE ESTRATÉGICO DA EMPRESA COLEP PORTUGAL, SA, AO ABRIGO DO N.º1 DO ARTIGO 101-B DO**



**REGULAMENTO DO PDM- DELIBERAÇÃO DA RCM DE 18/05/2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** introduziu o ponto 3 da ordem do dia, um pedido de declaração do interesse público estratégico da COLEP Portugal SA, com base na deliberação da Câmara Municipal de 18 de maio e fundamento nos fatores económicos, sociais e impacto na região, amplamente evidenciadas pela empresa no pedido que formulou. -----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** referiu que o pedido foi formulado pela COLEP Portugal à Câmara Municipal, o assunto foi discutido em reunião da Câmara Municipal tendo sido aprovado por unanimidade. Visa reconhecer efetivamente o interesse estratégico da COLEP Portugal no contexto de Vale de Cambra, a sua inserção em Vale de Cambra, aquilo que representa pela criação de postos de trabalho, por gerar riqueza, pela sua responsabilidade social. A fundamentação está na documentação distribuída aos Deputados Municipais. -----

**Intervio de seguida, o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida,** referindo que a bancada do CDS congratula-se sempre que aqui são submetidos a apreciação pedidos de interesse estratégico das nossas empresas, porque como tem acontecido no passado isto pronuncia sempre a realização de investimento e o investimento gera riqueza para o nosso Concelho, o investimento é sempre bem-vindo e, felizmente, tem havido.-----

A COLEP, nem seria necessário reconhecer o interesse estratégico, porquanto é evidente para todas as pessoas do Concelho de Vale de Cambra o enorme interesse que a COLEP desempenha neste Concelho. Diria mesmo que tem um interesse estratégico nacional. A COLEP é uma multinacional que, como está bem referido no requerimento, está espalhada por todo o mundo, está presente em muitos continentes e através de alianças estratégicas está também noutros continentes. Mesmo sendo uma multinacional de referência ela nunca deixou de

2021.06.25

ter a base em Vale de Cambra e isso é muito importante. Portanto, o CDS reconhece ou manifesta o seu reconhecimento à COLEP, aos seus acionistas, aos seus dirigentes e a todos os seus trabalhadores, que têm feito desenvolver esta empresa.-----

Salientou três vertentes fundamentais que a COLEP tem representado para nosso Concelho e País: geração de riqueza, criação de emprego e papel ativo na responsabilidade social. Geração de riqueza por tudo aquilo que produz e que inova, sempre produtos novos sendo líder mundial em algumas das suas produções. É um importante exportador nacional, se bem se recorda, o requerimento menciona que as exportações representam mais de 70% da sua produção, isso significa que, mesmo nos ciclos mais críticos da economia portuguesa, a COLEP está, através de todos os continentes, a fazer ingressar receitas e valores no País e no Concelho. Criadora de emprego – é indiscutível, a COLEP tem mais de 900 trabalhadores. Um estudo da PORDATA revela que em 2019 as empresas não financeiras, ou seja, comerciais e industriais do Concelho de Vale de Cambra empregavam pouco mais de 9000 pessoas, o que significa que só a COLEP emprega mais de 10% dos trabalhadores do Concelho, ou seja, em cada dez pessoas uma trabalha na COLEP. Ainda é de salientar, o que também vem referido no requerimento, que muita dessa mão de obra é mão de obra feminina, que muitas das vezes tem mais dificuldade em encontrar emprego. É uma empresa que também tem tido um papel ativo na responsabilidade social, não só na riqueza que transpõe para o Concelho por toda a sua atividade e para toda a economia local através do rendimento e dos salários dos seus trabalhadores, mas também preocupações com a proteção do ambiente e da segurança, mas também pelo apoio que tem dado às Instituições do Concelho de Vale de Cambra. Por isso para o CDS este interesse estratégico está bem evidente e portanto a bancada vai votar a favor.-----





**Usou da palavra o Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira Braga,** referindo comungar com algumas das palavras proferidas pelo Deputado Municipal José Soares, no entanto tem algumas reservas. Passou a explicar: a Câmara Municipal (Presidente e todos os vereadores) limitou-se a plasmar na reunião de Câmara de 18/5/2021, o requerimento que a empresa fez no serviço de atendimento. Entende que o parecer, a apreciação, da Câmara Municipal de todos os vereadores, deve ir mais além do que isto, não se devem limitar a plasmar o requerimento. É evidente que é uma empresa exportadora que contribui para a riqueza económica do Concelho e de Portugal, mas também há condições e estão a passar, no fundo, quer à COLEP quer a outras empresas um cheque em branco. Isto não é só uma questão política, é uma questão como diz no requerimento, que leu: "As instalações físicas situam-se no artigo urbano ... o índice urbanismo para este local é de 0,75 metros quadrados por metro quadrado, daí a necessidade da Câmara Municipal e Assembleia Municipal reconhecer o interesse público e estratégico desta empresa, de modo a não impedir o crescimento e desenvolvimento que será no futuro próximo, sendo de pequena dimensão, ou seja pequenos pavilhões que servem para melhorar a qualidade do serviço, armazenamento e segurança do produto." Bom, isto é um parágrafo deles, mas isto não diz nada. Será em princípio pavilhões de pequena dimensão, mas indagou o Sr. Deputado se estão a falar de cem metros quadrados, quinhentos metros quadros, dez mil metros quadrados ou cinquenta mil metros quadrados, e o que é que lá vão fazer. A Autarquia tem de fazer sempre o equilíbrio e não podem ter medo de colocar algumas questões. -----

O Deputado José Soares falou no emprego feminino e muito bem, de facto é uma realidade, sobretudo no sector das embalagens a mão de obra é feminina. Mas, olhando para as grandes empresas do Concelho e mão de obra envelhecida neste tipo de produção, olhando para as empresas há 15 e 20 anos e para a

2021.06.25

forma como eram geridas, designadamente ao nível dos recursos humanos, vê-se agora uma situação completamente diferente, pois estas empresas utilizam sobretudo mão de obra subcontratada, em que algumas nossas conterrâneas e alguns dos nossos conterrâneos e outras pessoas, muitas vezes, são maltratados em termos de condições de trabalho, em termos ambientais e em termos de salários. Sabem que isto se passa em algumas empresas e que é verdade. Esta é uma grande empresa tem responsabilidades sociais e deve contribuir para o bem estar social e económico, é quase uma obrigação dos agentes económicos, fazem investimentos, mas também têm de ter alguma responsabilidade social e em outros âmbitos, melhorar as condições de trabalho. Isto é um pequeno reparo, não está contra, vai sim abster-se nessa situação pois não gosta muito de dar um cheque em branco. Acha que os nossos e as nossas conterrâneas presentemente em algumas organizações não são bem tratados e no caso dos salários vemos que , se há anos os salários eram de uma maneira até pelas competições entre empresas, agora ao abrigo das crises, que começaram em 2007 e agora ao abrigo da Pandemia, os funcionários das empresas pequenas, médias e grandes são muito maltratados, salvo raras exceções. Sabem o que os seus filhos e netos passam que têm de sair do concelho, porque quando as empresas vão buscar técnicos de determinado nível a Aveiro e ao Porto, sem utilizar a mão de obra dos nossos filhos, que tiram cursos superior e médios, que são qualificados, mas que não são tratados como eram há 20 ou 30 anos. Daí abster-se nesta situação, pois não gosta de passar um cheque em branco. -----

**No uso da palavra o Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida,** referiu: "A COLEP é uma empresa socialmente responsável a nível global. É uma empresa de referência Mundial.-----"



2021.06.25

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foi com a Colep que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, era eu então Presidente, fez o primeiro acordo de colaboração a nível de Empresas do Concelho de Vale de Cambra. É um exemplo, nomeadamente a nível de segurança, onde os Bombeiros têm a oportunidade de aprender/partilhar/formar, numa missão de colaboração mútua.-----

Concluindo: É um polo muito importante para a dinamização do Concelho de Vale de Cambra.”-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, reconhecer o interesse estratégico da empresa COLEP PORTUGAL, SA, ao abrigo do n.º 1 do artigo 101-B do Regulamento do Plano Diretor Municipal, conforme proposta da Câmara Municipal aprovada em sua reunião de 18 de maio de 2021, com vinte e quatro votos a favor e uma abstenção do Deputado Municipal, Albano Braga. -----**

**Regressou à sessão, a Deputada Municipal, Cristina Maria Vasconcelos Quintas. -----**

**4. PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020 - DELIBERAÇÃO DA RCM EXTRAORDINÁRIA DE 31/05/2021: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu a apreciação deste ponto referindo que as Contas de 2020 foram elaboradas e apresentadas de forma diferente da habitual, por força da alteração dos procedimentos definidos agora no chamado Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).-----**

**No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, referiu que os documentos apresentados são exaustivos e rigorosos, reproduzindo fielmente as Contas do Município. Resta-lhe congratular-se com as Contas, apesar de algumas vozes dissonantes que procuram criar alguma confusão na opinião pública quanto às contas e ao saldo de gerência que transitou para 2021. Esclareceu que há verbas que transitaram**

2021.06.25

no saldo de gerência para 2021 mas, muitas delas, estão comprometidas com obras em curso e que não tiveram a sua execução. Acrescentou que, neste momento, há alguma dificuldade na resposta à execução de obras públicas, a nível local, regional e nacional, o que tem causado constrangimentos nas obras públicas. Apelou à compreensão de todos, pese embora não agrade a ninguém, é uma realidade, que tem vindo a ser discutida com várias entidades, inclusivamente a nível governamental.-----

Agradeceu à Equipa Técnica pelo esforço na adaptação ao novo Sistema de Normalização Contabilística, que foi um processo difícil.-----

De seguida, solicitou ao Senhor Vereador do Pelouro que prestasse esclarecimento adicionais, pelo que **concedida a palavra ao Vereador António Alberto Almeida de Matos Gomes**, este proferiu a seguinte intervenção: “O presente relatório de gestão analisa não só a execução do orçamento do Município de Vale de Cambra em 2020 como analisa a sua situação económico-financeira, bem como inclui outras considerações relevantes nos termos da legislação e normativos aplicáveis.-----

Conforme a minha apresentação à Câmara Municipal, os documentos hoje presentes a esta Assembleia consubstanciados no essencial no Relatório e Contas, alicerçam em documentos contabilísticos que possuem um carácter que é essencialmente de natureza patrimonial, económica e financeira, como é o caso de documentos como o Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, entre outros. Adicionalmente, analisam-se as execuções que derivam do Orçamento das Grandes Opções do Plano (GOP) - subdivididas em Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal – oportuna e devidamente aprovados pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Vale de Cambra no ano de 2019.-----



Volto a salientar, pela sua enorme importância, um dos fatores que foi preponderante na elaboração das Contas deste Município do ano de 2020. Conforme preceituado na Lei, usamos, pela primeira vez, o novo normativo contabilístico – Sistema Nacional e Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). As diferenças face ao “antigo” POCAL são muitas, mas essencialmente perde-se a comparabilidade face aos anos transatos, embora se tenha no relatório feito um esforço acrescido na comparação, com recurso à equivalência entre rubricas (equivalência essa muitas vezes indireta). Além disso, são vários os novos mapas utilizados ou que possuem elementos diferentes face aos anos anteriores, sendo que as regras contabilísticas têm obviamente regras diferentes face ao anterior POCAL.-----

Das contas ressalta, desde logo, o aumento das amortizações, fruto então da alteração das regras, facto que obviamente se encontra devidamente explicado no relatório. De notar a quase estagnação dos gastos com pessoal face ao ano de 2019 e a forte diminuição de gastos com juros.-----

Em termos orçamentais, a execução da receita atingiu uma execução muito próxima dos 90%, com um valor arrecadado de cerca de 24 milhões de euros, com preponderância para as receitas correntes e, dentro dessas, as Transferências correntes com mais de 7,3 milhões de euros arrecadados.-----

A despesa orçamental viu a sua execução ser menor que em 2019 em cerca de 1,8 milhões de euros.-----

No que ao serviço da dívida diz respeito, a oscilação face a 2019 é diminuta pois foi desbloqueado um empréstimo no valor de 905.000,00euros, que praticamente foi o valor amortizado de todos os outros empréstimos em 2020.-----

Há também dois indicadores principais que quero focar, desde logo assumir o facto que a despesa corrente aumentou face a 2019 - o seu peso relativo face às

2021.06.25

despesas totais. Ainda assim as despesas correntes de 2020 diminuíram quase trezentos mil euros, de 10.245.000,00€ em 2019 para 9.953.000,00 em 2020.-----

Outro rácio importante revela-nos que, em 2020 as receitas correntes sobre as despesas correntes resulta numa percentagem de mais de 141%, face a 137,5% em 2019.-----

Entendo, também, ser de frisar, tal como esta Assembleia aprovou há uns meses atrás, que o saldo de gerência foi de 9.201.633,58€, dos quais 8.312.459,02€ respeitam a saldo de execução orçamental que transita para 2021. É importante que se diga que o valor não está simplesmente parado, o valor existe fruto de uma gestão cuidada e parte está cativo via cabimentação orçamental das obras que estão a decorrer, como é o caso do Centro de Artes e Espetáculos.-----

Relativamente à Covid-19, não obstante não ser possível uma quantificação exata das consequências da pandemia para o orçamento municipal, é admissível assumir que relativamente às despesas pagas para fazer face àquela doença, durante o ano de 2020, rondaram um valor na ordem dos 280.000,00€.-----

Assume-se que é expectável, embora não quantificável no imediato, que o abrandamento da atividade económica se venha a traduzir numa diminuição do volume de receitas municipais ao nível de impostos e taxas, não estando em causa o cumprimento dos compromissos do Município.-----

Aproveito ainda, e porque é uma informação que é parte integrante das contas do município, ainda que tenha um agendamento posterior, para informar que o resultado líquido do exercício foi positivo, no montante de 1.125.862,19€. Tal deve, de acordo com as regras contabilísticas, ter a seguinte aplicação:-----

- Constituição de reservas legais no montante de 56.293,11€ correspondente a 5% do resultado líquido;-----
- Transferência do restante valor, 1.069.569,08€, seja transferido para a conta 56-Resultados Transitados.-----



Termino reforçando toda a minha certeza de que, mais uma vez, este Município apresenta o seu Relatório e Contas com toda a transparência e dentro de todas as normas, com o parecer positivo pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. As Contas refletem uma gestão séria e responsável, com base numa equipa técnica de altíssimo nível e possuem a garantia de que tudo foi feito para que a transição entre sistemas contabilísticos ocorresse com o mínimo sobressalto possível.-----

Resumindo, são Contas que não oferecem qualquer dúvida quanto à sua fiabilidade pelo que merecem a confiança da sua aprovação.”-----

**Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença do Chefe da Divisão Financeira e Administrativa, Rui Valente, que está disponível para ajudar e a debater as Contas. -----

Ressalvou que, embora tendo o Senhor Vereador falado já na aplicação dos resultados isso será objeto de votação separada no ponto subsequente.-----

**No uso da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida** referiu que, este é o primeiro ano em que as contas são apresentadas segundo um novo normativo que é o SNC-AP. Todos sabem e, em especial, os ligados a esta área, a dificuldade que é a mudança para um outro normativo contabilístico. É um trabalho árduo e difícil, por isso o CDS não pode deixar de felicitar o Sr. Vice-Presidente e Vereador com o Pelouro das Finanças por este trabalho, António Alberto Almeida de Matos Gomes, assim como o Diretor financeiro da Câmara Municipal, Dr. Rui Valente, que também o dirigiu e todos os serviços envolvidos nesta tarefa.-----

Acima de tudo, há a Certificação legal de contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas que mais uma vez refere que as contas estão em boa ordem, não têm quaisquer reservas e refletem de forma apropriada os movimentos contabilísticos

2021.06.25

e a situação patrimonial da Câmara Municipal o que significa que, em forma, as contas estão corretas.-----

Falando um pouco sobre o que foi a atividade e as Contas do Município no ano de 2020, referiu ser normal que, como em todas as organizações, sendo públicas ou privadas, a atividade e a sua tradução financeira em 2020 foi condicionada pela pandemia e, neste caso concreto, terá sido condicionado pela pandemia ao nível das receitas, ao nível das despesas mas, fundamentalmente, no grau de execução orçamental. -----

Ao nível das receitas, apreciamos, desde logo, a redução que se verificou de 97.000,00€ no Imposto sobre as transmissões de imóveis, que embora possa não ter a ver só com esse fator, mas com certeza derivou-se da situação de maior pessimismo que se gerou nas populações, durante este ano. Acredita que, como disse também o Sr. Vereador, em 2021 as receitas ainda vão sofrer mais o reflexo desta pandemia. Ao nível das despesas é natural e, desde logo, a Câmara Municipal estima um valor de custos diretos com o apoio de 278.000€, mas sabem que há imensos custos indiretos que não estão quantificados e que aqui também estarão refletidos nestas Contas. Mas, também ao nível do grau de execução orçamental porque todos sabem que as paragens tornaram impossível que os trabalhos decorressem normalmente. Neste aspeto, associamos ainda a situação que se vive e é conhecida de todos que é da falta de capacidade de oferta do setor da construção. Mas, durante o ano 2020 as Contas continuam a refletir aquilo que foi a linha orientadora deste Executivo nestes dois últimos mandatos, desde logo, na racionalidade da utilização de recursos tendo adotado uma política de poupar relativamente àquilo tudo que poderiam ser despesas fúteis e sendo assim transferir aquilo que ficaria disponível e que era poupado para o futuro, e transferiu para este ano 8,3 milhões de euros. Durante o ano de 2020 as receitas correntes foram de 14 milhões, para uma despesa corrente de





9,9 milhões de euros, o que significa que houve 4 milhões de saldo corrente que permitiu financiar o investimento, fundamentalmente. As receitas de capital foram de 4,6 milhões de euros para um investimento em termos de despesa de capital de 6,1 milhões euros, ou seja, houve um défice de capital de 1,5 milhões de euros que só foi possível cobrir com esses 4 milhões que vieram do saldo corrente, e que parte ainda reverteu para este ano, em 2,5 milhões de euros, que fizeram compor os 8,3 milhões de euros que vão ajudar o investimento neste ano. Continuou, também, com a linha orientadora ao nível do equilíbrio financeiro, continua aquilo que tem sido tradicional nestes 8 anos que é a contínua redução da dívida, criando uma almofada de liquidez, de dinheiro, de disponibilidades, que permite enfrentar situações inesperadas que por vezes surgem, como aconteceu com esta pandemia e que permite também alavancar investimentos que se possam vir a realizar com fundos comunitários, que obrigam sempre a uma determinada participação de capitais próprios. Equilíbrio financeiro que também tem permitido nestes anos pagar atempadamente aos fornecedores, os donativos às Instituições e a outras Entidades, sem que isso tenha que ser adiado, fazendo com que a economia local também possa prosperar. Ao nível de receitas correntes têm-se ouvido algumas críticas de que a diminuição das receitas correntes faz o Município depender cada vez mais das transferências do Estado, mas essas receitas correntes, de facto, diminuíram. Mas, diminuíram também por causa da política que tem sido adotada de redução de impostos municipais. Entre 2019 e 2020 nós tivemos uma perda de IMI de 60.000,00€, recordando que ele está a ser pago à taxa mais baixa possível de 0,3%; no IUC tiveram um aumento de 3.000€; no IMT uma quebra de 97.000,00€, que admite também tenha a ver com a pandemia; e ao nível da Derrama houve um crescimento líquido de 20.000,00€; portanto os impostos diretos caíram 132.000,00€. Referiu que os impostos indiretos tiveram uma redução de

2021.06.25

38.000,00€, relembrando a este respeito a política retificada e adotada de reduzir as taxas, nomeadamente ao nível das taxas de urbanismo. Ao nível da participação de IRS tem sido política devolver cada vez mais à população residente no Concelho, houve uma ligeira quebra de 17.000,00€. Respeitante à nova receita a que os Municípios têm direito, por alteração à Lei das Finanças Locais - a participação no IVA sobre despesas, como restauração, alojamento, eletricidade e outras, em que as Câmaras passam a ter direito a 1,5% do valor gerado na sua circunscção territorial, contribuiu com 126.000,00€.

Estas são as últimas Contas deste Mandato, e as últimas Contas apresentadas por este Executivo, neste ciclo de 7, 8 anos, seria importante ver de onde vieram e até que ponto chegaram. Ao nível do endividamento, afirmou que este está completamente estabilizado, em 2013 estavam no limite do endividamento e hoje o limite de endividamento para a Câmara Municipal é de 20,5milhões de euros, que corresponde a uma vez e meia o valor das receitas líquidas médias dos três últimos anos. A Câmara Municipal tem apenas de dívida relevante 8,5milhões de euros, o que significa que quando iniciou funções em 2013 não tinha margem para endividamento, hoje tem uma margem de 11 milhões de euros, ou seja, tem aqui uma capacidade, uma almofada, para além da liquidez que lhe permite alavancar os projetos. Aos fornecedores hoje a dívida refletida nas Contas 2020 é de 225.000€ em 31 de dezembro de 2020; em 2013 de onde vimos era de 2,2 milhões de euros, ou seja, era dez vezes mais do que é a dívida atual. A água e o saneamento nestes oito anos nunca foram aumentados e o preço em Vale de Cambra é o mais baixo da Área Metropolitana do Porto e, crê, que o segundo mais baixo do Distrito de Aveiro. As taxas de licenciamento foram fortemente reduzidas e isso também contribuiu para que a construção, quer para habitação, quer para fins industriais tenha crescido aquilo que é bem visto a olhos desarmados. Neste ciclo foram reduzidas as taxas de impostos e todos aqueles



onde a Câmara tem autonomia para o fazer. No IMI em 2013 esta tinha uma taxa de 3,5 por 1000 e hoje foi baixada para 3 por 1000, a taxa mais baixa possível pela Lei das Finanças Locais e ainda com redução face ao número de descendentes do agregado familiar, que é um incentivo que não havia nessa altura porque também não estava legislada. A Derrama para as empresas era de 1,5%, a taxa máxima possível em 2013 e hoje é de 1%, ou seja, houve uma redução para quem gera riqueza neste Concelho de um terço. Na devolução de IRS, em 2020 já estão a devolver às pessoas 2% do IRS, o que com certeza que nas liquidações de imposto que receberam relativamente ao rendimento do vosso trabalho e das pensões de 2020 apreciaram essa redução. Isto significa que enquanto em 2013 trabalhavam todas as semanas do ano em termos de IRS para o Estado e para a Câmara, agora as pessoas de Vale de Cambra já trabalham uma semana sem ter que pagar IRS sobre esse trabalho, já trabalham uma semana para si próprios.-----

Quando falamos das contas falamos de posições devedoras, de posições credoras, falamos de resultados, mas transpondo para outro plano disse que o Município e este Executivo é devedor aos Valecambrenses, e é devedor aos Valecambrenses pelo trabalho árduo que fazem no dia a dia, é devedor aos Valecambrenses pelo empreendedorismo constante que muito tem feito crescer este Concelho, é devedor aos Valecambrenses pelo apoio social que as estruturas que aqui estão localizadas de retaguarda têm dado à população mais vulnerável, é devedor aos Valecambrenses pela educação e o nível de ensino que tem sido dado aos nossos jovens, é devedor aos Valecambrenses e a todas as associações desportivas e culturais que têm trabalhado pela juventude e também com pessoas de todas as faixas etárias, é devedora também a algumas Instituições que têm feito com que Vale de Cambra seja um dos Concelhos mais seguros do País e é devedor também aqueles que asseguram a saúde. -----

2021.06.25

O Município não é só devedor mas também há-de ser credor e isso é reconhecido por todos. É credor de todos pela dedicação que este Executivo tem dado a população deste Concelho e pela política de proximidade com cada um dos Cambrenses. É credor também da população e dos Cambrenses pelo trabalho que tem feito e desenvolvido durante estes oito anos. E é também credor pelas condições que tem criado para que se viva melhor no nosso Concelho. E, quando assim é, quando têm Municípes como os que têm e quando se tem um Executivo como o que têm, só pode haver um resultado, o crescimento do Concelho e este era o lema "Fazer crescer Vale de Cambra".-----

**Interveio o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida** que proferiu a seguinte intervenção: "Se a avaliação do documento não fosse feita em sede da Assembleia Municipal, diríamos que, tecnicamente, está muito bem elaborado. Por isso, os nossos parabéns à Equipa do senhor Dr. Rui Valente. Para eles nota máxima. Contas certas.-----

Aqui, em sede de Assembleia Municipal, Órgão político desta Câmara Municipal, reafirmamos que continuamos a ver uma Câmara gerida sem estratégia, sem rumo, sem objetivos, ao sabor dos "saldos" ocasionalmente disponíveis que possam surgir ao abrigo dos fundos comunitários, "confinando" nos bancos, conforme as contas, o dinheiro tão urgentemente necessário para o socialmente básico, nomeadamente habitação social, zonas industriais, mobilidade social, demografia, saúde, educação, saneamento básico e abastecimento de água.-----

Nestes pontos, saneamento básico e abastecimento de água, ao ritmo do CDS que está na Câmara de Vale de Cambra, teremos uma taxa de cobertura total do Concelho daqui a 64 (sessenta e quatro) anos. Este é o expoente máximo do endividamento social.-----

Quanto ao Direito à 1ª habitação, nos termos da Carta das Nações Unidas, já quase tudo foi avaliado no estudo apresentado na Assembleia Municipal



extraordinária de 14 de Maio de 2021, que concluiu, em resumo, que a Câmara Municipal de Vale de Cambra se esqueceu dos socialmente pobres e da habitação social. Este é o expoente máximo do endividamento social.”-----

**De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal Independente, Albano de Oliveira Braga**, referindo que, aquando da aprovação do Plano de Atividades do ano civil de 2020 votou contra, argumentando que aquele era um exercício legítimo da maioria CDS/PP - o Plano Aprovado. O Relatório e Contas é uma consequência do plano de atividades, algumas situações com aspetos positivos outras com aspetos menos positivos, mas que vai ser aprovado pela maioria CDS legitimamente. -----

O Relatório do ROC (Revisor Oficial de Contas) refere, no seu último parágrafo, que “conforme divulgado no Relatório de Gestão, a Entidade não cumpre de forma integral com as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, mas divulga as razões para ocorrência deste facto.” Solicitou que lhe explicassem o que tal significa.-----

No que se refere à dívida da água a 31/12/2020, tem a dívida recorde desde que está na Assembleia, desde 2009. Se, conforme referido pelo Deputado José Soares, até o custo da água é dos mais baixos do País, isso também se deve ao esforço da Bancada do CDS no período de 2009 a 2014 que nesta sala se debateu contra a privatização defendida pela Bancada do PSD. Eram poucos, como alguns apelidaram de “ignorantes”, mas conseguiram que não fosse feita a privatização. Agora, como consequência, têm qualidade da água e o preço baixo, devido a essa luta. Acrescentou que, o Sr. Presidente da Câmara não se recorda disso pois não vinha muito a essas reuniões, eram poucos. Continuou referindo que, a dívida da água está em valores recordes de 327.232,92€. Numa reunião de Câmara perguntou ao Sr. Presidente e Srs. Vereadores se eles tinham dívidas da água para com a Câmara Municipal, sendo que os Srs. Vereadores

2021.06.25

responderam todos que não tinham dívidas, o Sr. Presidente da Câmara não disse nada. Disse ter um documento, do qual receberam cerca de 150 a 200 folhas e que algumas eram escusadas pois que as considera "lixo", sem ofensa – ressaltou, pois sabe ler os números mas não os consegue entender, porquanto não se entende se todos os consumidores pagam água, se não pagam quais as razões e o que a Câmara Municipal faz para resolver a situação. A dívida aumenta de ano para ano, pese embora Vale de Cambra não ser um concelho com desemprego.-----

Não tem a ver com a pandemia, mas com a incompetência de quem gere o sector, porque se não pagar a eletricidade o fornecedor avisa e se não pagar vêm depois cortar a energia. Neste caso da água devia ser a mesma coisa.-----

De seguida, fez referência ao documento "Declaração de Responsabilidade", referente ao exercício de 2020, assinada pelo Chefe da Divisão, Dr. Rui Valente, pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara. Já que se falou no esforço dos funcionários, que acredito, também a Câmara Municipal alocou muito dinheiro para que a esta área evoluísse, pagou muita subcontratação de serviço, a técnicos com que fizeram ajustes diretos nesta área. Vem com atraso de uns anos, mas conseguiu-se. Mas, as pessoas estão em cada uma das áreas/serviços da Câmara e em cada categoria, estão cá para trabalhar, se não estão bem mudam-se, é o que se costuma dizer nas empresas privadas. Alertou que a Declaração de Responsabilidade reportando-se ao exercício de 2020, deveria estar assinada com data de 26 de março de 2021 e não de 2020, conforme por lapso consta da documentação remetida. Está com um ano de adiantamento, o que é ilegal, não poderia ser. Quando se assinam documentos com datas é preciso atenção, devido as consequências legais, processos crime. Foi esquecimento, foi falha. -----



Quanto aos 9 milhões euros de almofada, referiu que o Município não é uma empresa, nas empresas privadas é legítimo que os investidores e/ou acionistas tenham lucros e sejam remunerados para recompensar o trabalho e as responsabilidades que têm à frente das empresas. O Município não é uma empresa. Admite que tenha uma almofada de um 1 milhão de euros ou dois, mas não de 9 milhões de euros. Pessoalmente se tivesse esse dinheiro, seria investido na rede de água e saneamento, por forma a ficar mais equitativo pelo Concelho; apoiar o associativismo, que está a passar por muitas dificuldades; pagaria dívida, pois que em 2020 foram pagos 153 mil euros de juros, se pagasse dívida não pagaria juros. Acrescentou que o Sr. Vice-Presidente dissera que esta almofada seria para a obra do cinema, cujo contrato é no valor de 3.075.000,€ mas, que a Câmara não vai pagar esse valor pois trata-se de uma obra financiada em cerca de 80 a 85%. O dinheiro que sai da "almofada" para o Centro de Artes e Espetáculo é uma coisa ínfima. Portanto, estes 9 milhões aplicaria nas áreas já mencionadas para conseguir ainda melhores condições de vida.-----

**Usou da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida**, em intervenção complementar, pretendendo defender a honra da sua bancada, CDS, face a algumas afirmações que foram feitas e que merecem resposta. O Deputado Municipal António Augusto disse aquilo que é já uma cassette ou um disco bem rompido de o que CDS gere sem estratégia, sem objetivos, é sempre isto! Mas, há uma estratégia, há um objetivo, há um rumo, ele está definido e tem sido até ratificado pela população do Concelho de Vale de Cambra, como aconteceu há três anos. Também, há quatro anos o ouvia aqui falar disso e até estava preocupado que iriam "levar nas eleições", que seria um desastre completo, mas que afinal foi um desastre para os outros. Falou aquele Deputado também no défice de cobertura que existe ao nível do saneamento e

2021.06.25

que com este ritmo só terminamos a cobertura do Concelho em 2066, ficam cá para ver se esse objetivo é cumprido ou não. Argumentou o Deputado José Soares que têm de se lembrar que a questão do saneamento e da água é uma questão de longo tempo e que, também o PSD governou este Concelho e se calhar até em alturas em que haviam mais fundos comunitários destinados à água e ao saneamento. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Albano Braga referiu-se este na sua intervenção ao aumento da dívida da água de 2019 para 2020, de 321 para 327 mil euros, é um crescimento de 1,8% no período de pandemia, o que lhe parece razoável. Mas, talvez não se recorde é que o consumo de água de 2019 para 2020 aumentou 17,8% e, portanto, se se consome mais e atendendo ao nível de vida também se deve mais no final do ano. Enumerou o seguinte: em 2019 a dívida era de 321.000€ e o consumo da água foi de 512.000 metros cúbicos, o que significava que a dívida no final do ano era de 62 cêntimos por cada metro cúbico de água que tinha sido fornecido; em 2020 a dívida era de 327,2 milhares de euros para um consumo de 603.000 metros cúbicos consumidos, o que significa que a dívida relativamente ao consumo daquele ano baixou de 62 cêntimos para 54 cêntimos, portanto em termos absolutos de facto a dívida aumentou aqui 6000€, mas em termos relativos ela baixou. Esta questão de cortar a água a quem não cumpre também não é assim muito fácil, pelo menos, no momento atual e, desde logo, por razões sociais ligadas a esta situação de pandemia e de vulnerabilidade que o País e o Concelho vivem. Mas, também, por Lei, dado que a Lei n.º 75-B/2020 proíbe que até ao fim do primeiro semestre deste ano seja suspenso o fornecimento de serviços essenciais à população. Falou aquele Deputado Municipal (Albano Braga) também na disponibilidade de 9 milhões de euros, tendo o Deputado José Soares esclarecido que uma parte foi transferida do ano passado para este ano, porque





as verbas estão alocadas a determinados projetos e não podem ser gastas indiscriminadamente, têm de obedecer ao que está aprovado em Orçamento. Finalmente, referiu-se ainda o Deputado Albano Braga a algo que a Certificação Legal de Contas no seu último parágrafo faz referência, quando diz que o Executivo não cumpre de forma integral a norma de contabilidade pública NCP-27. Pois esta norma de contabilidade pública tem a ver com a contabilidade e gestão e que a Certificação Legal de Contas já vem a referir isto há sete anos, portanto mesmo naquela altura em que o Sr. Deputado Albano Braga aprovava as Contas e não se preocupava com a referida situação.-----

**Interveio o Senhor Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida**, que após cumprimentar os presentes, referiu que esta situação não deixa de ser curiosa. Também já se interrogou se alguma vez a Câmara Municipal teve as contas tão estabilizados como estão hoje. É uma pergunta humilde, que provavelmente muitos lá fora estarão a questionar. Acha que este ano em questão de Contas deve ser o ano de maior estabilidade que em qualquer outro mandato. O mais curioso é que as pessoas lá fora estão a perguntar como é que em tempo de crise, a Câmara de Vale de Cambra consegue ter as Contas estabilizadas e com um saldo positivo. É esta a questão que vem de lá de fora, em tempo de crise, a população de Vale de Cambra está a perguntar como é que Vale de Cambra tem as contas acima da média. Houve graves problemas, e sem fazer campanha como o Sr. Deputado José Soares esteve a fazer, o IMI, a Derrama, o IRS são impostos que os Valecambrenses pagam, muito ou pouco pagam, se a água subiu consumo os Valecambrenses tiveram de pagar. São impostos, não podem fugir aos impostos. Não adianta dar aqui a volta à questão. Contas certas, é ótimo, é perfeito, é da obrigação da Câmara e do Executivo manter as contas certas, é uma questão de responsabilidade e de serenidade perante a população. Agora, não há uma estratégia, um plano a quatro anos para

2021.06.25

Vale de Cambra? Perguntou, se durante este tempo de crise certamente foi feito muita coisa de acordo com provavelmente a perspetiva deste Executivo, não querendo dizer que o tenha feito mal, mas que muita coisa podia ser feito melhor em seu entendimento. É ridículo o que está a dizer, mas é o que as pessoas estão a pensar lá fora, porque é que continuaram durante quatro anos em muitas regiões sem saneamento básico, sem água canalizada em muitas regiões, e sem alguns acessos que têm vindo a ser reclamados, quando se vem para aqui dizer que têm um saldo positivo e que, aliás, tem uma capacidade de endividamento de 20 milhões. Então onde é que está a estratégia, onde é que está o plano que é necessário para Vale de Cambra? Tentaram ajudar algumas instituições, nomeadamente a nível cultural na juventude? Acha que não, portanto os jovens devem estar lá fora também a reclamar que numa situação positiva não os ajudam, os jovens nem sequer podem dar o seu contributo faltando iniciativa da Câmara Municipal nesse respeito, pois a seu ver que deve ter essa responsabilidade e análise para com a sua população do que é mais necessário. A sua sensibilidade é que a Câmara Municipal só atua se lhe baterem à porta, sem ofensa. Mas é dentro desta cultura que temos aqui em volta destas Montanhas Mágicas, que estão isolados. A Câmara deve ir lá fora e deve saber. Há tempos perguntou a quantidade de jovens existentes em Vale de Cambra, mas parece que ainda estão à espera dos Censos para poder saber. Os jovens hoje, para além de terem uma grande capacidade de inteligência e formação, são os que mais dificuldades passam em tempos de pandemia, em questões de desemprego. Tudo foi mais difícil e foram os jovens, não tem dúvidas, que mais dificuldades passaram nesta pandemia e os pais tiveram de dar apoio. A questão lá fora para quem os está a ouvir, porque se trata de Vale de Cambra, face às muitas dificuldades que já vêm de trás, como é que hoje se pode elogiar uma



Câmara Municipal que tem o saldo positivo e com uma capacidade de endividamento de 20 milhões, sendo que as coisa lá fora continuam na mesma.--

**No uso da palavra, para uma intervenção complementar, o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, referiu:** "Todos nós percebemos porque é que o Deputado Municipal aparece hoje como líder da bancada do CDS. Porquê? Por causa da "cassete" que o Deputado Municipal José Soares costuma apresentar todos os anos por ocasião da Prestação de Contas. Ó Senhor Deputado, todos nós compreendemos! Eu só fui até à "cassete" porque o Senhor Deputado Municipal, o Senhor a arremessou à oposição, neste caso a mim, se não não a utilizaria, era incapaz de usar este termo "cassete". E não digo como os outros: Sou seu amigo, mas mando-lhe a cassete, não! Não quero chegar a esse ponto. Não quer oposição? Quer arrumar a oposição por causa da "cassete"?-----

Por último, recomendo-lhe que leia a Estratégia Local de Habitação e as suas Conclusões. Lamento a sua ausência na discussão do tema na Assembleia Municipal Extraordinária de 14 de Maio de 2021. Foi lá que eu encontrei os temas que hoje apresentei. Foi a Câmara, que, no seu estudo, me ensinou, deu a conhecer os expoentes máximos do endividamento social do Concelho. Recomendo-lhe que estude o documento para concluir que o que eu disse aqui não é uma "cassete" mas sim uma triste realidade social do nosso Concelho."-----

**Concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, em resposta às intervenções, referiu que se pode concluir pelas intervenções da oposição que aqui são presos por ter cão e por não ter, se gerem mal são acusados de gerir mal, se gerem bem são acusados porque gerem bem e porque o Município tem dinheiro. Quis recordar duas ou três questões: por exemplo, o Deputado Municipal António Augusto de Almeida referiu que daqui a 64 anos Vale de Cambra terá a cobertura integral da**

2021.06.25

rede de água e saneamento, mas esqueceu-se de referir que parte desta responsabilidade é do PSD, que não fez no seu tempo aquilo que devia ter feito, e obviamente agora estão a tentar recuperar o tempo perdido desse período de governação. Obviamente que, com o investimento que fizeram este mandato, de 4 milhões de euros em água e saneamento obviamente que estão a recuperar o tempo perdido. Afirmou estarem também a fazer projetos, a fazer projetos para vários pontos do Concelho, para as sedes de Freguesia, estão a tentar levar água e saneamento ao maior número possível de pessoas no Município. E esse esforço ninguém os pode acusar de não o estarem a fazer ou de não o terem feito e querem continuá-lo a fazer no sentido de dotar aquilo que são as condições básicas para as nossas populações. Assim, quis dizer a todos que essa é uma grande preocupação e será um grande foco de investimento. Depois de terem variadíssimos projetos concluídos, existindo oportunidades de apresentar candidaturas elas serão obviamente executadas e sendo financiadas as obras serão realizadas. Recordou que do Orçamento exclusivamente municipal têm uma adjudicação feita na ordem dos 700.000€, para expansão de água e saneamento no Município.-----

O Deputado Municipal José Soares fez uma intervenção excecional, focou os aspetos mais importantes e mais determinantes das Contas, daquilo que é o princípio da boa execução, o princípio das contas certas. E estas contas são exatamente contas certas, que refletem o trabalho feito e também o comprometimento com uma série de investimentos que estão em curso no Município e que o vão dotar de melhores condições em variadíssimas áreas, nomeadamente pavimentações, expansão da rede de água e saneamento, espaços culturais, espaços de promoção e valorização do nosso território, eficiência energética e ambiente, no fundo uma vasta área de intervenções que estão cobertas por um lado, com o que é o Plano de Atividades e Orçamento



para 2020, aquilo que é o reflexo das Contas de 2020 e aquilo que é o plano de atividades e orçamento que está a ser executado em 2021. Portanto, disse a todos os senhores Deputados que estejam tranquilos porque o Município está a ser bem gerido e está obviamente no bom caminho.-----

Em relação ao lapso referido pelo Sr. Deputado Albano Braga, disse-lhe que ele tinha razão e que percebeu aquilo que foi o incómodo causado, mas obviamente quando se assinam 300 ou 400 folhas pode acontecer que uma delas tenha uma data errada, até porque alguns documentos se vão buscar às contas anteriores e pode acontecer não haja atualização de uma data, foi o que aconteceu. Já foi pedido ao Dr. Rui Valente que proceda à correção em termos físicos no documento, sendo que esta Assembleia Municipal deverá obviamente considerar, para aprovação das Contas, a data de 26 de março de 2021 e não a data de 26 de março de 2020 que erradamente consta do documento. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** referiu que, tratando-se de um erro é óbvio que tem de ficar a constar essa retificação sob pena de estarem a decidir em cima de algo que está incorretamente indicado. O assunto está devidamente debatido pelo que passou à votação de imediato do assunto da Prestação de Contas de 2020, conforme deliberação da Câmara Municipal de 31 de maio de 2021, com a retificação de data no documento supra referenciado.-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria,** aprovar os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2020, conforme proposta da Câmara Municipal, aprovada em sua reunião extraordinária de 31 de maio de 2021, com vinte votos a favor, cinco abstenções, dos Deputados Municipais António Augusto de Pinho Soares de Almeida, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz, João Pedro Henriques Silva, Célia Maria dos Santos Tavares e Albino Luís Soares de

Almeida e, um voto contra do Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira Braga. -----

**5. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2020 - DELIBERAÇÃO DA RCM EXTRAORDINÁRIA DE 31/05/2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** introduziu o ponto, aludindo à explicação já prestada anteriormente pelo Sr. Vereador do Pelouro, abrindo de seguida o debate.-----

**No uso da palavra o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida** referiu que, tratando-se de um aspeto meramente técnico, não têm dificuldade em validar, pelo que a sua bancada iria votar favoravelmente. -----

**Não havendo mais intervenções,** o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto a votação.-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria,** aprovar a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2020, de acordo com a proposta aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião extraordinária de 31 de maio de 2021, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções, dos Deputados Municipais, Albano de Oliveira Braga e Albino Luís Soares de Almeida. -----

Fica, assim, aprovada a aplicação do Resultado Líquido: constituição de reservas legais no montante de 56.293,11€ correspondente a 5% do resultado líquido, sendo o valor restante, de 1.069.569,08€, transferido para a conta 56 Resultados Transitados.-----

**6. SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO DO PLANO INERENTE AO PAEL - DELIBERAÇÃO DA RCM EXTRAORDINÁRIA DE 31/05/2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** introduziu o ponto supra identificado, agendado na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 31/5/2021, de proposta de Suspensão da aplicação do PAEL, com base na constatação que o Município cumpre em 31/12/2020, o limite da dívida.-----



**No uso da palavra o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida**, proferiu a seguinte intervenção: “Suspensão da aplicação do plano inerente ao PAEL. O PAEL é o Plano de Apoio à Economia Local. Pode ser facultativo. Pode ser Obrigatório. É obrigatório em situações financeiras difíceis.-

O que a governação camarária do CDS está a fazer também a governação Camarária do PSD de então já o fez, ou seja, cumpriu.-----

Já na aprovação do ponto 6, acerca deste tema, em Assembleia Municipal, o afirmamos, pelo que tudo acerca deste tema se esgota no cumprimento ou não cumprimento – isto foi dito em 2018, mais concretamente, 20 de Abril de 2018.----  
Se se cumpre, o PAEL não é obrigatório.”-----

**Não havendo mais intervenções**, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto a votação.-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade** dos vinte e seis deputados municipais presentes, aprovar a proposta de suspensão da aplicação do Plano inerente ao PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, de acordo com a proposta aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião extraordinária de 31/05/2021. -----

**7. CRIAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM: PROPOSTA DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO - DELIBERAÇÃO DA RCM DE 15/06/2021:** O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, deu início à apreciação do tema supra, referindo-se à informação Técnico-Jurídica constante do processo, subscrita pela Dr.ª Isabel Mariano, de que a criação da Assembleia Municipal Jovem é uma iniciativa da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal e do Agrupamento de Escolas do Búzio, visando a promoção de valores de cidadania e a participação da juventude do Município.-----

**Concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, referiu que esperava ser a Vereadora do

2021.06.25

Pelouro, Daniela Silva a apresentar o ponto, mas não estando presente solicita ao Sr. Presidente da Assembleia que acrescente alguma informação, dado ter acompanhado o processo. -----

Este ponto vem no seguimento do que tem sido a política para a juventude, recordando que um dos compromissos assumido e concretizado foi a criação do Conselho Local da Juventude, para dar oportunidade à juventude de participar nas decisões que os afetam. Há uma preocupação de proximidade e expectativa dos nossos jovens com uma serie de medidas e de programas, por exemplo o protocolo recentemente celebrado "GOT Talent", que visa a busca de talentos e lançar desafios aos jovens, junto com a comunidade escolar, quanto ao que são as suas preocupações e as suas grandes capacidades.-----

A criação da Assembleia Municipal Jovem pretende pôr a participar os jovens na vida ativa e política e de os envolver nestas temáticas, pois que os jovens encontram-se arredados destas atividades. Desejou que esta Assembleia Municipal Jovem seja um local de debate em articulação com a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas, que seja um espaço de afirmação dos jovens do Município. -----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** acrescentou que, este é um projeto que depende da parte dos Órgãos Autárquicos dar o enquadramento devido e ajudar na instalação e funcionamento desta Assembleia Municipal Jovem mas que, depois passa muito pelo Agrupamento de Escolas a eleição dos jovens que a vão integrar. O desafio para a Assembleia Municipal e sobretudo para a própria Câmara Municipal é que algumas das propostas apresentadas e aprovadas por essa Assembleia Jovem possam ser concretizadas pela Câmara Municipal, que obviamente se pretende sejam matérias e temáticas relacionadas com jovens e as questões que lhes dizem diretamente respeito. Mas, é um processo a construir e com a colaboração





de todos, certamente com proveito para o Município. Trazer os jovens para a causa pública é seguramente um bom desafio e todos devem dar o seu contributo para que seja um êxito.-----

**Interveio o Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida,** referindo que, parece-lhe um bom projeto numa altura em que muita da juventude se tem arredado de todo este processo político, que também é de governação e não se alhear. Pensa ser um projeto interessante. Recordou que muitas pessoas que têm ocupado cargos políticos importantes começaram a fazer isso nas escolas, fundamentalmente nas faculdades. Falou da Faculdade de Economia do Porto, onde estudou e onde fez parte da Direção da Associação de Estudantes e, no seu ano, também no seu curso, foi Presidente da Direção da Associação Estudantes, o Presidente da Câmara do Porto e hoje candidato a Primeiro Ministro, o Presidente do PSD. Também por lá passou, pela Direção Associação de Estudantes, o atual Presidente da Câmara de Braga, Dr. Ricardo Rio, e foi ali que nasceu com certeza a vontade e o ideal para seguir uma carreira política. Foi ali que também passou como Presidente da Associação de Estudantes, o Dr. Fernando Medina que é hoje Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Portanto, só ali naquela escola na atividade política que desenvolveram enquanto jovens, um pouquinho mais velhos que estes que vão constituir esta AMJ, estas pessoas acabaram por de facto desflorar e aderir à atividade política, e hoje independente da filiação política de cada um, considera que têm dado um contributo muito importante para a sociedade e para as suas cidades, talvez as três mais importantes do País e também para o desenvolvimento do País.-----

**No uso da palavra o Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida,** proferiu a seguinte intervenção: “Uma pequena nota introdutória, para dizer ao Deputado Municipal José Soares que, o objetivo primeiro da

2021.06.25

criação da Assembleia Municipal Jovem não é criar políticos, é educar para a cidadania e daí é que se deriva para a política e para outros afins.-----

Quanto à Criação da Assembleia Municipal Jovem, começo a minha intervenção por dizer que, em São João da Madeira este projeto foi lançado no início de 2018. Neste ano, 2020/2021, o tema é "São João da Madeira - Cidade Solidária e Amiga"-----

Águeda também já apresentou a AMJ projetando-a em articulação com a Assembleia Municipal de Águeda.-----

Mafra, Sesimbra, Aveiro, Torres Vedras, entre outras, também já sustentam o projeto.-----

Cidades há que integram a atividade da Assembleia Municipal Jovem nas comemorações dos Feriados Municipais, com a participação das Escolas dos Concelhos.-----

O foco destas participações centra-se, sobretudo, na promoção junto dos Educandos, do Exercício do Direito de Cidadania, dos valores da democracia e da participação cívica.-----

É um espaço onde deve haver lugar a um debate de ideias e da preparação das futuras gerações para uma interessada participação e intervenção nas comunidades.-----

A nós, Assembleia Municipal, compete-nos apoiar este espaço, de Educação para a Cidadania. Isto é um espaço de Educação para a Cidadania."-----

**No uso da palavra o Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida,** referiu que, finalmente vai haver agora para os jovens participarem nesta cidade com algum apoio, não diz iniciativa, mas com algum apoio da Câmara Municipal.

A formação e o conhecimento dos jovens hoje deve-se sobretudo à informação e à velocidade com que tiveram de se desenvolver, a capacidade de formação dos jovens é de tal ordem que nos dão lições de vida. Uma iniciativa como esta que,



ainda não percebeu de onde é que ela veio, mas entende a sua profunda necessidade. Os jovens, para além de terem passado grandes dificuldades, em questões pessoais e cívicas, a questão cívica que nem tanto se aprende na escola como antigamente, hoje poderá haver um outro tipo de educação cívica não só por parte escolar mas também pela influência das redes sociais, que alterou imenso o comportamento e a visão da vida pelos jovens nos dias atuais, pelo que muitas vezes não as entendemos. Por isso têm ficado aquém de poderem participar na vida cívica e projetos de futuro, os jovens possuem uma visão de futuro fantástica. Para além de poder motivar e desenvolver competências para o desenvolvimento da cidadania, e demonstrar a importância das suas ideias e envolver-se na sociedade, as questões se atentam é o presente e o futuro. Houve algumas iniciativas por parte da escola, em 2018 e 2019 foi proposta a participação de um grupo de jovens, que pediram para participar nas reuniões abertas de Câmara. Já vem de uma iniciativa por parte dos jovens, eles já deram sinal de quererem ter uma intervenção ativa nas decisões camarárias, o que aconteceu no âmbito da disciplina Cidadania e Desenvolvimento. Participaram em sessões públicas da Câmara Municipal 7.º e 8.º ano, até com o envolvimento do Prof. Nelson Martins, Vereador. Por isso, perguntou de quem foi a iniciativa.-----

A questão que se falou ser política, está errada; o Sr. Presidente falou na busca de talentos, também está errado; o sentido é a participação e oportunidade de dar a todos os jovens de exprimir as suas necessidades. Irão aprender com eles, tem a certeza que terão de se abrir às propostas de jovens de 16/17 anos, com grandes capacidades em pensar no futuro. Em muitas matérias, são eles que lhes vão ensinar e impulsionar quanto a essas necessidades, e como adultos terão de os apoiar. -----

2021.06.25

É um ato atrasado. Estão sempre na cauda das decisões. Andam sempre “a empurrar com a barriga”. Os “outros têm, nós também temos de ter”, é óbvio que quando há bons resultados noutros Concelhos e Assembleias devem adotar, mas num mandato de quatro anos, a três meses de terminar o mandato, perguntou qual é a pressa se nem sequer há oportunidade de ver o resultado, pois que será no próximo executivo. E a pressa foi tal que a AMJ é uma copia 98% em tudo inscrito da que está em São João da Madeira e 90% da de Águeda, a pressa foi tanta que nem tiveram o cuidado de criar umas normas da AMJ adequadas às necessidades dos jovens Valecambranses e sem maior envolvimento das escolas. Isto é uma questão de marketing. Isto é campanha. Não está a pôr em questão os jovens, porque estes necessitam mais até do que isto. Mas, isto não é respeitar os jovens, é tentar arranjar uma solução para amanhã poder colocar nos jornais, e nem sequer puseram à prova, é certo que a Diretora Adjunta, Alexandra Cascarejo concorda - não podia dizer outra coisa, mas diz que terá de ser visto em conselho pedagógico, como é óbvio. Então vai-se criar uma AMJ sem sequer falar primeiro com o Conselho Pedagógico das Escolas?! Está aqui o nicho, “parece que descobrimos de onde vem o mel e queremos empacotá-lo todo”. Isto é uma sugestão saudável que vem com atraso. Não é em três meses que se vai ver resultados. Não vai ser posto em prática, antes de entrar um novo executivo, seja ele qual for, e provavelmente terá de ser revisto pelo próximo executivo quando o puser em prática. O processo não está finalizado. É prematuro e vem em atraso. Concorde com a ideia, mas esta não foi devidamente planeada. -----

**Intervenção de seguida, o Deputado Municipal Independente, Albano Oliveira Braga,** referindo que a criação da AMJ é positiva. Atualmente vivem-se situações diferentes daquelas que era o associativismo há 45 anos. Passou por muitas associações, a nível de escola e de Freguesia, e nessa altura haviam jovens



envolvidos, juntamente com aqueles que eram “menos jovens”. Recentemente, esteve envolvido também numa eleição de órgãos sociais para uma Associação do Concelho e foram precisas duas ou três Assembleias Gerais dessa Associação para constituir os órgãos sociais, pelo mínimo de pessoas, e a média de idade das pessoas eleitas ou cooptadas anda na ordem dos sessenta anos. Isto é muito mau. É culpa dos cidadãos, dos pais, do poder político e dos jovens também. Agora para ter jovens em associações é extremamente difícil, na área política (quer para o Executivo, Assembleia e Freguesias) também é extremamente difícil. A iniciativa é boa. -----

A dificuldade financeira e de recursos humanos no associativismo, de carácter cultural, recreativo ou desportivo “anda pelas ruas da amargura” e compete ao poder político, apoiar mais quer a nível técnico quer financeiramente, por questão de sobrevivência das associações e para que possam ter mais atividade.-----

De seguida, suscitou dúvidas referentes aos artigos 3.º e 4.º das Normas de Funcionamento propostas. No artigo 3.º, n.º 1, alínea c), relativo ao número de jovens a eleger por cada grau de ensino, refere-se “mais um aluno de outros níveis ou estabelecimentos de ensino”, perguntou que estabelecimentos e se alguém se lembrou do Ensino Profissional, dado que há um centro de formação numa empresa privada na qual se encontram a estudar jovens. É uma vertente diferente do ensino tradicional, que entende também deveria ser chamada a integrar esta AMJ, porque estes jovens têm outras vivências, outras aprendizagens e outro modo de vida. Na sua segunda questão, referente ao processo de eleição das listas (artigo 4.º), disse que não devia ser um processo de afunilamento ou de controlo, mas sim envolver todas as escolas e todos os alunos, mas corre-se o risco de haver envolvimento de algumas pessoas mais expeditas e controlar quase a constituição de uma AMJ com pessoas afetas a determinadas forças ou tendências partidárias. No ponto 1, daquele artigo 4.º

2021.06.25

refere o “professor designado para o efeito”, pelo que perguntou quem designa o professor. Parece muito simples, mas pode não o ser, tem de haver transparência para que uma boa ideia não seja desvirtuada e, daqui a algum tempo, venham dizer que se lamenta por ser um processo mal conduzido. Aliás, como disse o Deputado Albino Almeida, foi apresentado pelo Agrupamento do Búzio e das Dairas, tem de ir a um Conselho Pedagógico e até a Conselho Geral da Escola , pois é mais um Órgão que será constituído, é uma parceria entre o Município e o Agrupamento, comunga do ponto de vista que os Conselhos da escola sejam chamados a dizer alguma coisa. Desconhece o que a lei diz, mas essa situação tem de ser salvaguardada.-----

**Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, alertou que se chegou à meia noite, pelo que, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, do Regimento da Assembleia Municipal, a sessão só pode continuar se houver uma deliberação expressa do plenário nesse sentido, pelo que, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação dos presentes dar ou não continuidade aos trabalhos para além da meia noite, até porque a ordem do dia já não é extensa. -

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria**, dar continuidade aos trabalhos da sessão após as zero horas, com vinte e três votos a favor e três votos contra, dos Deputados Municipais, José do Nascimento Peres, António Luís Martins da Costa e Henrique Martins Pereira. -----

**De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia, deu continuidade ao debate do ponto 7.** -----

A senhora **Vereadora Daniela Sofia Paiva da Silva** retornou à sessão.-----

**No uso da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida**, esclareceu que, quando se referiu a preparar os jovens para a política, referia-se naturalmente ao sentido geral de intervenção social não à política



partidária propriamente dita. Aliás a política vem do grego "Pólis", que nasceu das cidades e, portanto, da governação local. -----

Relativamente à presença dos jovens na política e nestas atividades em termos autárquicos tem havido uma redução muito grande a nível nacional e, hoje, de facto, são gerações mais velhas como ele mesmo. Ainda assim, acrescentou que a candidatura do CDS elegeu muitos jovens nas últimas eleições, fazendo referência à jovem Vereadora presente, àqueles que integram as Assembleias de Freguesia do Concelho. Aliás, a candidatura do CDS de Vale de Cambra chegou a ser considerada aquela que mais jovens tinha eleito a nível nacional para o seu Concelho. Portanto, cumpriram o seu papel.-----

Em terceiro lugar, relativamente à afirmação feita pelo Deputado Albino Almeida de que esta decisão nesta altura era uma questão de *marketing* político, afirmou veemente que não o é. O mandato só termina em setembro, e as Câmaras assim como outras e o governo central não podem deixar de governar "x" tempo antes das eleições.-----

**Neste momento, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** referiu que as escolas têm de inserir no seu plano de atividades e precisam que, no ano anterior, se comunique essa possibilidade para que no ano escolar que se vai iniciar em setembro possa ser contemplado, isto se assim o entenderem. -----

**O Deputado Municipal José Augusto Tavares Ferreira,** após cumprimentar os presentes, interveio sobre o associativismo juvenil. No decorrer do debate entendeu que teria de deixar umas palavras, primeiro para falar do seu exemplo, da sua passagem pelo associativismo juvenil. Fez referência ao facto do Deputado Albino Almeida ter dito que vem em cima do acontecimento e que peca por tardio, mas pessoalmente o Deputado José Ferreira quis dar os parabéns ao Executivo Municipal pelas políticas de juventude que tem vindo a adotar, primeiro

2021.06.25

com a criação do Conselho Municipal da Juventude e agora com esta proposta da criação Assembleia Municipal da Juventude. Os idosos agora foram jovens há uns anos atrás. Disse ser Dirigente de uma associação juvenil e que não precisam ir ver exemplos fora de Vale de Cambra para praticar associativismo juvenil em Vale de Cambra. A sua associação pertence ao RNAJ - Registo Nacional do Associativismo Jovem, praticamente desde o início da sua criação, há mais de 20 anos. Lamentável é que essa política venha só agora nos últimos anos. Há dez, vinte anos, antes deste Executivo tomar posse a nossa Associação nunca era vista como uma associação juvenil, isso é que é de lamentar. Não tinham qualquer apoio da Câmara Municipal antes de 2010, desde 2003 houve um fosso muito grande, mas continuaram a ser uma associação juvenil e a trabalhar para os jovens, na altura, era jovem e sempre Dirigente da Direção. Chegaram como associação juvenil até ao dia de hoje. Editaram um livro sobre os 40 anos de associativismo e como a Associação foi criada, por jovens naturalmente, onde continuam a trabalhar e a beneficiar jovens. Antes de ser associação foi um grupo informal. O lançamento será no dia 5 de agosto, convidou, desde já, todos os presentes para o evento. -----

Em boa hora a Câmara Municipal criou o Conselho Municipal da Juventude, em boa hora cria agora a Assembleia Municipal da Juventude, em boa hora este Executivo tem políticas da juventude para apoiar o associativismo. Apoiou concretamente a sua associação, também no livro, apoio pontual do PAJE do ano 2020 em cerca de 50% e a Câmara Municipal apoiou também com um valor significativo. -----

As políticas da juventude existem há muitos anos, mas infelizmente não têm sido muito vistas pela Câmara Municipal, naturalmente envolvem as escolas e todos os agentes ligados à educação e formação. Ele próprio formador na área da metalomecânica, lida com jovens todos os dias e vê muito em parte o que foi o





seu associativismo. Primeiro, a ser formado, porque praticava atletismo na Associação desde os 7 anos, e daí para cá nunca mais se desligou do associativismo, participando em outras associações como atleta. Tudo nasceu daquela associação, na qual começou a praticar atletismo com 7 anos. Aquilo que lhe passaram ficou e pratica até hoje, pelo que é com bons olhos que vê a criação desta AMJ. Tem participado em 50% dos Encontros promovidos pela FNAJ - Federação Nacional das Associações Juvenis. O associativismo juvenil estava posto de lado mas nestes últimos 8 anos tem vindo a ganhar relevância. Fez referência às conversas tidas sobre esta temática nesses Encontros, assim como com a Senhora Vereadora do Pelouro. É com bons olhos que vê que, passados oito anos da Senhora Vereadora Daniela Silva estar no Pelouro realmente dar frutos.-----

**Concedida novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, acrescentou, concordando com o que diz o Deputado Municipal José Soares que os mandatos começam depois da eleição e respetiva tomada de posse e terminam na data em que cessam funções, nenhum executivo está impedido de governar até ao último dia, é uma missão e obrigação terem de governar e continuar a fazer a gestão que necessita de ser feita.-----

Referiu que têm tido imensas iniciativas dirigidas à juventude, que têm apoiado as associações, têm feito apoios pontuais a variadíssimas iniciativas. Há uma série de atividades que, neste último ano e meio, estiveram impedidos de concretizar, mas que tinham agendado um número crescente de caminhadas, de corridas e o corta mato nacional.-----

Quando há pouco se referiu ao GOT TALENT, o que queria dizer é os jovens vão pôr em prática os seus projetos, a sua capacidade de inovação, a sua capacidade de movimento e a sua criatividade e que o objetivo final é que essa

2021.06.25

capacidade que venham a demonstrar, possa vir a ser aproveitada até pela nossa indústria, o Projeto GOT TALENT visa isso, em articulação com a Escola.-

O Sr. Deputado Albino Almeida referiu que a AMJ é prematura, mas por outro lado diz que já vem tarde, acha que quando se apresenta ou cria algo de novo, embora não seja único e não sejam os primeiros, mas também não são os últimos nem com certeza os do meio da tabela, deviam estar aqui a congratular-se todos, pois é para os jovens, e nestas coisas mais vale tarde do que nunca. Criaram o CMJ e agora a AMJ o que demonstra preocupação para os jovens. Portanto, não vê em que é que haja maldade e qual o mal em ser neste *timing*.

**Pediu à Vereadora do Pelouro**, que acompanhou o processo que falasse sobre o mesmo. Sendo-lhe concedida a palavra a **Vereadora Daniela Sofia Paiva da Silva** esclareceu após cumprimentar os presentes, que esta proposta da criação da AMJ integra o plano de atividades da Câmara Municipal, no âmbito da Juventude. É uma ideia que também foi debatida e falada no Conselho Municipal da Juventude e acaba por ser uma sequência da criação daquele Conselho, que faz todo o sentido, porque se criaram o CMJ há que aproximar a juventude dos órgãos autárquicos, para eles saberem como funcionam e como podem fazer com que a sua voz seja ouvida também por parte da autarquia e dos restantes órgãos locais. A AMJ faz parte do plano de atividades 2020/2021 e não arrancou mais cedo devido à pandemia, houve confinamento, a escola também esteve confinada durante o segundo período, o que também veio atrasar. O *timing* é o ideal, está proposto pela Câmara Municipal será ou não aprovado pela Assembleia Municipal e então sim no início do ano letivo irá a Conselho Pedagógico para ser aprovado e integrado no Plano de Atividades da Escola.-----

Concordou que as normas são iguais às de outros Municípios, isso significa que não há nada para inventar, já existe já funciona e se funciona nos outros Concelhos também vai funcionar em Vale de Cambra e bem. Há que passar das



palavras aos atos, começar a pôr em prática as ideias e deixar de criticar, porque peca por tardia, porque é campanha, ou é "isto ou aquilo". Está na hora de pôr em prática as ideias que temos e aproximar cada vez mais os jovens da Autarquia. -----

Mais, esclareceu que foi articulado tanto com o Conselho Executivo como com a Direção do Agrupamento de Escolas, bem como com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, portanto foi tudo discutido e passa agora pelos órgãos competentes para a sua aprovação.-----

**Interveio novamente o Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida** desculpando-se, de imediato, pelo "marketing político", mas a razão é pior ainda.

Teve de ser feito e foi feito agora, ou seja, já o deviam ter feito há muito. Quando anteriormente se referiu que "vem em atraso" queria dizer que se assumiu um projeto e não o conseguiram antecipar devidamente, na sua opinião, e ainda pô-lo em prática, tanto que ainda estão à espera desse parecer do Executivo da Escola. Não sabe qual vai ser o parecer, há um dúvida nessa declaração. Quando viu isto sentiu que é algo repentino e, depois, em final de mandato. Afirmou não estar ali para fazer política propriamente dita, conforme ali fazem, falou na política pois achou que viria agora para fazer algum aproveitamento político mas portanto não é, então é ainda mais grave porque pelos vistos tinham de fazer isto até agora e fizeram isto mesmo no último dia. Referiu que gostaria de saber qual a opinião do Executivo da Escola, entende que é importante. Não estão na Assembleia só para votar a favor ou abster-se, mas também para dar a sua opinião, algumas pessoas como ele mesmo participaram em associação de pais e podem dar alguns contributos. Continua a ser a favor. Pediu desculpa pelo cuidado que tem nestas coisas.-----

**No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, quis recapitular a história do Conselho**

2021.06.25

Municipal da Juventude: criado em 2019 deu os primeiros passos nesse ano e preparava-se para em 2020 começar a desenvolver uma série de atividades, mas também nesta questão foi condicionada pela pandemia, as atividades e o envolvimento dos jovens, não era recomendado juntar jovens no mesmo espaço. A própria Câmara Municipal teve alguma dificuldade em desenvolver algumas atividades, uma vez que poderiam pôr em risco a segurança e o contágio desses mesmo jovens. Como todos sabem 2020 foi um ano atípico e o início de 2021 não foi menos, sabem a pressão que existiu e a quantidade de infetados, tiveram a brutal pressão sobre os hospitais e o confinamento a que todos tiveram sujeitos. Portanto, não espanta que a AMJ surja agora, porque ela foi discutida no âmbito do Conselho Municipal da Juventude, foi discutida com o seu Presidente da Assembleia Municipal, foi também partilhada com a escola e este é o *timing*, porque o próximo ano letivo arranca em setembro. É o *timing* certo para lançar a atividade no próximo ano letivo, não se pode esperar que o ano letivo arranque para depois ir com a ideia para que a escola a avalie e implante. A ideia é ser já implementado no ano letivo 2021/2022 que se inicia em setembro, ou no seguinte 2022/2023 em alternativa.-----

**De seguida, interveio a Vereadora Daniela Sofia Paiva da Silva**, esclarecendo que, quando foi apresentado esta proposta, o Agrupamento acolheu bem a proposta e inclusive a Direção deu contributos para o regulamento. Os procedimentos tem que ser tomados de acordo com a legislação, deram os seus contributos acolheram a iniciativa, então agora a Câmara Municipal propõe à Assembleia Municipal. Sendo aprovada aí sim o Conselho Pedagógico irá também analisar e provavelmente aprovar esta iniciativa, porque eles não podem aprovar isto antes da Assembleia Municipal aprovar. O objetivo é que logo no início de setembro, quando o Conselho Pedagógico reunir analise esta proposta e a inclua ou não no seu plano anual de atividades. Se assim for e ficar aprovado



então no início do próximo ano letivo podem começar a implementar, se a pandemia deixar, começar a funcionar no início do ano letivo.-----

Quis ainda esclarecer o Deputado Municipal Albano Braga, quanto à referência quanto ao artigo da composição desta AMJ, em que fez a sugestão dos cursos profissionais do centro de formação, como é óbvio também serão incluídos tanto é que o artigo faz referência a "mais um aluno de outros níveis ou estabelecimentos de ensino", ou seja pode perfeitamente incluir aqui os jovens dos cursos profissionais do centro de formação, o objetivo de facto é incluir todos e não excluir ninguém. Portanto considera que a questão levantada está devidamente acautelada.-----

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade** dos vinte e seis membros presentes, aprovar a criação da Assembleia Municipal Jovem e respetivas Normas de Funcionamento, conforme proposta da Câmara Municipal, aprovada em sua reunião de 15 de junho de 2021. -----

**- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Não houve inscrições por parte do público presente.-----

Pretendendo o Sr. Vereador José Pedro Vieira de Almeida usar da palavra durante este período, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não lhe concedeu a palavra, atendendo a que participou na sessão enquanto vereador e não como público. O entendimento da Mesa e isso foi já elucidado e inclusivamente temos aqui um ou dois Pareceres sobre essa matéria é que se a pessoa está presente como vereador não pode intervir como público. Se quer intervir como público não pode estar presente enquanto Vereador, portanto isso é taxativo. Agradeceu a compreensão.-----

**- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** Perante a pergunta do Sr. Deputado António Augusto de Pinho Soares de Almeida, o Sr. Presidente da

